

DISCURSOS
DE
ALOYSIO DE CASTRO
DA ACADEMIA BRASILEIRA

NOVA SERIE

OR
808.5
C355dis

EDITORIA VECCHI — RIO DE JANEIRO
1948

Às duas séries anteriores — Discursos Médicos e Discursos Literários — junta-se agora esta, em que se travam as mãos medicina e letras.

Em tudo e a todo tempo, por si mesma a variedade diverte. Mas muitas cousas, grandes ou pequenas, que se diriam dispares, podem arrumar-se juntas sob a mesma capa, na ilusão de melhor resistirem ao pó dos anos. Também assim no mundo das ideias; e outra explicação não quer este livro, páginas efémeras, de pensamento vário.

—
Usa-se neste volume a ortografia adotada pelo Editor.

DEVERES DA MULHER NO MUNDO DE HOJE ()*

Si todas as cousas pedem sua razão, quero ver no vosso obsequioso convite, ao oferecer-me hoje esta tribuna, o desejo de trazer a esta festa do estudo a palavra de alguém que nele viveu, e a quem o longo magistério haja porventura concedido experiência. Sim, êsse tempo foi longo e assíduo o esfôrço, mas das minhas experiências entro eu mesmo a duvidar: a vida é somente aprendizado, a que a seguida aplicação não traz senão novos meios de pesquisar e aprender. Ninguém se fie no amor próprio e na fatuidade dos filósofos e dos que muito prezados da sua ciência acreditam saber tudo. Uns aos outros se dão como exemplo; pois, como lá o disse, no século

(*) Na colação do grau às alunas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras «Sedes Sapientae», em São Paulo, 8 de dezembro de 1945.

atrasado, o sempre primoroso D. Francisco Manuel de Mello, "ninguém quer mostrar que ignora o que outro mostra que sabe." Mas só a vida é quem sabe, na força dos seus mistérios, urdindo o fio das cousas, e sou a dizer-vos que ainda aquele que a viveu na plenitude, a auscultou nas suas promessas, a sondou nos seus desígnios, e desdando-lhe os duros nós nas suas lidas, na suada fadiga dos longos dias, alternadamente se alegrou, se abateu e se consumiu no conhecê-la, ainda a êsse muito lhe falta para que fale experimentado.

Contentemo-nos então de indicar aos mais novos a entrada dos caminhos, que são muitos, amenos ou ásperos, e se querem caminhados de olhos abertos, cada um como é, com força de esperança. Que se pode prometer aos vazios de coração, que nada esperam ?

Mas os caminhos mudam com as épocas e a cada época seu modo de viver. Não se vive hoje como ontem. Hoje, todos o sentem, tranquilidade, dessocêgo e violência, e o mundo dramático da guerra, que abismou no sofrimento e na morte milhões de vidas, continua com o espectro de suas visões horrentes.

Disséreis que o homem moderno perdeu a fé em si mesmo, porque perdeu a fé no seu semelhante. Vive para armar-se. Acabou-se a luta, mas quando acabará o temor de que o vizinho venha a esmagá-lo ?

Desconfiadas umas das outras, as nações que se gozam da vitória não se enfreiam, antes se desenfreiam, não alcançam a despir as armas, não podem vir à grandeza da paz, porque paz não haverá sem reforma espiritual, e para essa os homens, obdurados na violência e incapazes de renúncia, nada fazem, preferindo ao altruismo da lição cristã, o egoísmo que se nutre do constante desejo da força e da dominação.

As descobertas e realizações da ciência, hoje levadas ao fastígio, longe de assegurarem a paz, a estão impedindo, e a nação que guarda a nova arma atómica só a quer para si, receando que outros a conheçam e a empreguem, quem sabe si para a defesa, quem sabe si para o ataque. Num mundo de suspeitas, cada um premedita os lanços do jôgo em nova luta.

Espera-se um mundo pacífico para que então os homens de ciência possam trocar sem temores os frutos de seus conhecimentos. Mas onde o mundo pacífico, enquanto houver nas relações

políticas dos povos a torva ameaça da assolação total com a nova arma? A paz que porventura assim chegasse não seria a paz cordeal que todos devem desejar, a única que dura nos tempos, mas a paz imposta pelo medo e pelo terror, a paz temerosa e temerária, meia paz que traz no bôjo o latente perigo da guerra.

Como admitir o conceito que, há uma semana apenas expressou, em Londres, na Royal Society, o primeiro ministro inglês, Sr. Attlee, ao julgar que somente quando se houver banido a guerra no mundo, somente então poderá realizar-se a livre troca dos conhecimentos e segredos científicos? O que devemos aceitar com inteiro coração são os votos que o grande ministro belamente formulou no mesmo recente discurso, augurando que o desenvolvimento das ciências venha sempre para glória de Deus e para benefício da raça humana, em vez de servir para a degradação do homem de ciência, transformado em "agente de assassinios em massa e de destruição da humanidade".

Não nos admira que a mocidade de hoje já entre na vida pungida de dores, os ouvidos assustados com as proclamações da violência. Já lhe não bastam os estrondos bélicos destes últimos

anos, veio a mais o bombardeio das palavras sanguinárias, das vociferações do ódio, do rancor e da vingança, as invectivas injuriosas e as palavras duras, que são as que mais nos custam esquecer.

Com quanta razão se insurgiu contra esses desmandos da violência na linguagem de hoje um homem que se educou na sabedoria dos gregos, "os mestres da compreensão humana", como ele próprio os definiu. Foi assim que o professor Gilbert Murray, outrora presidente da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, e a cujo lado servi, em Genebra, durante os anos do meu mandato na mesma Comissão, proclamou, não faz um ano, na imprensa, que a opinião sensata está a exigir o regresso à singeleza e à moderação das palavras, e que é tempo de acabar com o abuso das expressões tonitroantes e dos adjetivos exagerados, com pontos de exclamação em série, tudo isso de que o jornalismo de guerra fez uso e propaganda, pondo tal linguagem, de "formidável" para cima, na boca de todos. O "espantoso", o "fantástico", o "monstruoso", o "aniquilador", o "arraزادor", etc., deixam longe o antigo "colossal" dos alemães.

Vá que para as descrições das cenas de guerra alguma vez se peça força e crueza nas palavras; mas o fato é que tais expressões, pelo seu emprego a cada momento, e muitas vezes sem nenhum propósito, se desfiguram no significado, acabam perdendo a energia, e já não servem para impressionar com vigor. Com que verdade, aludindo ao inominável da tragédia de certos povos na guerra, — tragédia que a mais rica imaginação não chega a representar — com que verdade ensinou o grande professor de Oxford que muito mais expressivas são em tais casos, as palavras simples, sinceras e oportunas.

Só a simplicidade é grande. Com ela nada se mede. É forte por si mesma, por si mesma se realça, e só ela é digna de vestir a verdade. Aos jovens se deve dizer que o belo entusiasmo da alma ardente não está no exagero, no ruidoso aparato das figurações, a que muitas vezes não falta o ridículo. Não dura o que só vive de luzes exteriores. Também no culto humilde e silencioso arde com grandeza o entusiasmo, e é este o que brilha para sempre, na flama límpida e secreta.

Às moças que hoje recebem as festivas coroas da conclusão do curso nesta Faculdade não falharão nem êsse entusiasmo, nem as forças espiritu-

tuais necessárias a que se encaminhem nos rumos prósperos que lhes desejamos, e onde há muitos horizontes por descobrir.

O prémio de uma vida não é um azar de loteria, é, ao contrário, um destino que se deve preparar com amor. Não se pode assim partir à ventura, levado na torrente da vida para o que vier. Parte-se sabendo o que se deseja e sabendo esperar a vez das cousas, que cada uma tem a sua. Si é impossível ir de varada ao fim e logo colher o fruto que se debruça ao alcance da mão, a paciência invicta das mulheres não desespera do que chega tardamente, e todo tempo é tempo para se lograr e realizar o que flutua na imagem indecisa dos primeiros sonhos e das primeiras aspirações.

Ruiu o preconceito da fraqueza feminina que destinava às mulheres as ocupações subalternas. Com a moderna emancipação política da mulher, e igualdade de prerrogativas e direitos nos dois sexos, ela hoje se tornou capaz de ir ao encontro das realidades, das novas responsabilidades que a esperam, e a que não poderá refugir por abstenção, sem fraqueza e queda.

Grande alegria, na vida feminina, em todos os tempos, pôr um vestido novo, e certo no bem vestir-se não está só uma ponta de deliciosa vaidade.

de, mas igualmente uma prova de finura e gosto. No saber escolher um traje e na arte de saber vesti-lo, logo se dá a ver uma mulher. À malícia diria que a mulher está por inteiro em suas roupas e que afinal a vida feminina não é mais que uma coleção de vestidos no correr do tempo. Mas a verdade não está nas aparências e não há altura do pensamento inacessível á inteligência feminil.

Si no campo das ciências, na observação e nas descobertas, bem como nas inspirações e realizações da arte, pode a mulher alçar-se a todas as perfeições (seria excusado trazer exemplos, de tão conhecidos que são), não decai a sua capacidade nas demais esferas do esforço humano. Assim no dominio dos fenómenos sociais, nesses problemas até pouco exclusivamente reservados aos homens, que para muitos deles, diga-se a verdade, ainda não souberam trazer solução.

Criando e desenvolvendo vocações, aproveitem-se na renovação de hoje as aptidões femininas, na vida social e política, na organização e na defesa da sociedade, e venham as mulheres, não como exceção, às funções públicas, na administração, nos postos de governo, e nos corpos legislativos, com tal que haja a necessária idoneidade em cada caso, puramente intelectual ou de condi-

ção prática. Prepare-se desde cedo a mulher, denodadamente, para as lutas do novo, tão vasto e tão ativo programa, que lhes destinam os tempos que chegam. É necessário para tal o coletivo esforço feminino. Disso acaba de dar expressivo exemplo o Congresso Internacional das Mulheres, que nestes últimos dias se reuniu em Paris. À França mostrou querer ouvir, no momento atual, a voz das mulheres, nos mais difíceis problemas da nação, e nenhuma prova mais frisante poderia trazer da sua decisão do que elegendo, como elegerá, trinta e duas mulheres como representantes na sua Assembleia Constituinte.

Também ao parlamento inglês a eleição geral acaba de trazer como representantes vinte e quatro mulheres, e a uma mulher ilustre, a Senhora Ellen Wilkson, coube agora na Inglaterra a pasta da Educação.

Ninguém ignora a colaboração feminina na grande obra da civilização norte-americana no passado e no presente. E a tal ponto que o romancista Sinclair Lewis não duvidou prenunciar que á mulher caberá no futuro o poder governamental.

Exaltando os novos deveres sociais e políticos da mulher, como não recordar com admiração a palavra do Sumo Pontífice, em sua recente

alocução às jovens católicas ? Reconhecendo que as mulheres se podem tornar aptas para exercer consumadamente os novos desígnios do seu destino terreno, eis que o Santo Padre as encoraja para direta participação nas funções públicas, ainda nas de mais alta responsabilidade, no serviço do Estado, sentindo-lhes o valor, o claro bom senso, e vendo no sentido de suavidade e docura, que lhes veio por natureza, uma qualidade preciosamente eficaz para o bom êxito da sua ação. Em nenhuma ocasião se poderá separar da mulher o bem da delicadeza, que lhe é mais próprio que tudo, aquele doce encanto que há cem anos encontrou definição no filósofo Joubert: "petite bonté, si légére qu'elle flotte à la surface de toute chose — on la nomme la politesse".

Chamando a mulher a que passe à ação direta em novas ocupações, colaborando com o homem nas instituições civis, não esquece o Chefe da Igreja que a ela devem caber de preferência funções em que se exija antes o tacto que a simples rigidez administrativa. Pois não são de seda as mãos femininas ?

Mas para colocar no verdadeiro plano a ação da mulher no mundo moderno, o venerável Pio XII nenhuma separação admite entre os di-

reitos e a dignidade da mulher, essa dignidade que lhe tocou por graça divina, sua bandeira e seu trofeu, e que deve ser em todas as circunstâncias exaltada, garantida, e preservada. Assim, nas ocupações a que se entregue, jamais concederá a mulher que venha a prejudicar-se o seu lar, o amor do lar, com menosprêso ou abandono dos deveres do mesmo, os mais belos de todos. A natural inclinação, o desígnio da natureza está a mostrar-lhe que sob nenhum pretexto se podem preterir os deveres de mãe, que faz a mulher inclinar-se sobre os berços.

Bem se advirta o que declara o Chefe da Igreja, ao aludir ao regime de igualdade de salários para os dois sexos, em certas formas do trabalho. "Melhorou-se por essa forma", pergunta o Pontífice, "a situação da mulher?". Fácil sevê que o resultado disso foi vir a ter de passar a mulher mais tempo fora do lar, esquecendo-se das ocupações miúdas, das lidas familiais, da casa, onde há sempre uma costura a pedir dedos amorosos, para sujeitar-se no trabalho ao mesmo desgaste orgânico e ao mesmo número de horas de tarefa que o homem. Exigindo-se tanto da mulher, houve assim, conclui o soberano Pontífice,

"uma depreciação da sua verdadeira dignidade e da solidez de todos os seus direitos."

Daí ao que se pratica em Estados de princípio totalitário não há mais que um passo. Ao Estado dono de tudo, Senhoraço a que se dobram todas as cervizes, nem os direitos da família lhe escapam. Vê-se aí forçada a mulher a entregar desde cedo os filhos ao Estado, que pretendendo substituí-la nos encargos maternais, escraviza a mãe, para usufruir-lhe acréscimo de tempo no trabalho que lhe exige. O contrário seria sentimentalismo e Estado não tem coração. Tristes mães, tristes filhos.

Ao evocar os conselhos do grande Pio XII quanto à vida da mulher de hoje, persuando-me que as jovens que me ouvem, se inspirarão com fervor nos mesmos, no momento em que dão um grande passo à frente e iniciam novo ciclo da existência. E intimamente me alegra ao sentir que chegam até aqui, nesta hora, para as jovens brasileiras, aquelas mesmas altas bênçãos que o coração paternal do Santo Padre lançou sobre as jovens a quem falou no Vaticano.

Que dizer-vos agora, ao terminar, que expresse como eu desejaria os felizes votos desta data? Melhor serviremos à juventude apresen-

tando-lhe o quadro da vida como visão de perene alegria, ou advertindo-a do sofrimento e dizendo-lhe que na festa da vida há também muitas lágrimas?

Virgílio inculcou, nas *Geórgicas*, que os mais belos dos nossos dias são os que de primeiro passam, os da juventude, na flor da sua formosura:

*"Óptima quaeque dies miseris mortalibus aevi
Prima fugit" . . .*

E como não dura muito a mocidade, então se entenderá o poeta dizendo que os dias mais felizes são os que passam mais depressa. Para os pessimistas, os melhores são os dias que correm mais ligeiros, porque mais cedo nos libertam das dores, pão de cada dia. Rejeitamos esta triste interpretação e fiquemos com a natural, a que aceita a felicidade humana que, de tão boa, tão rápida nos foge. E então concluiremos que por serem assim venturosos é que os dias mais felizes são os que passam mais depressa.

Quem observa a vida humana no curso das idades, vê que através da unidade fisiológica ela traz a cada uma das suas estações um sôlo inconfundível. Quando nos contemplamos, à medida

que o tempo se vai, estamos a nos perguntar se porventura somos nós esses mesmos que éramos. Tudo é mudança no corpo e na alma. Mas no morrer de cada dia nem tudo se perde; porque cada dia em nós mesmos renascemos, e a vida, sempre me agrada repeti-lo, é feita de ressurreições.

O poeta daria uma côr, do branco ao negro, a cada tempo da nossa idade, infância, mocidade, madureza e velhice; mas não depende só do tempo, sinão também e muito de nós, o durar do período em que tudo vemos côr de rosa e o coração nos bate atropeladamente de alegria. Felicidade é saber viver cada um conforme a sua idade, conhecendo e sentindo a beleza própria de cada tempo. Nem sempre isso será fácil, e então, dessa desadaptação do nosso espírito às condições do nosso corpo, vêm muitas formas do sofrer. Passa, sim, a juventude com as suas graças, passa a forte madureza e em pouco é o tempo em que já não há tempo para esperar. Embora! Tenhamos por bons todos os dias da vida e os aceitemos todos como forem, ainda quando nos trouxerem a dor, conformados na *Imitação de Cristo*, que explica que sem dôr não se vive no amor. Nem tudo alegria, nem tudo aflição e desespero, vejamos na

vida aquela série de desigualdades constantemente compensadas, como a considerava Plutarco.

Necessário é dar à vida o seu preço e o seu valor, sentindo tudo que do bem e do belo ela afervora em nós. Gerard Bauer, o mais parisiense dos cronistas parisienses, citou certa vez uma historieta, que Anatole France, mestre da finura risonha e da arte da anedota, encontrou nas memórias de Mrs. Elliot, a qual, pelo crime de aristocrata, se viu metida em prisão, em Versalhes, durante a Revolução Francesa. Essa bela dama teve ali por companheiro um velho médico de Meudon, que chorava torrentes de lágrimas. Enxugando-lhe o pranto, a afável Mrs. Elliot lhe perguntou por que não conservava como ela a força da alegria? "Perdendo a vida, porventura perdereis mais do que eu?" Mas o velho médico soube responder: "Jovem, rica e bela, tudo isso sois, senhora, e muito perdereis, perdendo a vida; mas como não possuis o dom da reflexão, ignorais por isso o que na realidade perdeis. Eu, ao contrário, velho, pobre e tolhido, sei que, tirando-me a vida, pouca coisa me tiram. Mas, como sou filósofo, sei avaliar exatamente o que perco" . . .

Em verdade, não chegamos a conhecer o que possuímos, si não sabemos o que perdemos; e si é certo que, muito ou pouco, acabaremos por tudo perder, não nos leve isso à tristeza de não saber viver, deixando malograr-se a flor dos nossos sonhos. Entre o certo e o incerto, haja sempre uma esperança que nos esforce no dever da vida e um ideal que nos justifique a existência. Não há maiores desesperos que os que o ideal nos impõe. Mas quando agora nos separamos e vos agradeço a honra que hoje me destes, sentindo-me em minha alma quero dizer-vos que no fundo desses desesperos existe uma secreta ventura, onde está afinal a força da nossa vida.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA(*)

Chamado novamente a presidir nesta Academia, retomo o caminho conhecido, que a generosidade dos meus doutos colegas tantas vezes me indicou.

Cinco anos consecutivos ocupei esta Presidência, desde 1937, quando para ela me escolhestes pela primeira vez, achando-me ausente do país. Como então, nas demais vezes, nem direta nem indiretamente, de nenhum modo manifestei desejo de ocupar êste alto posto e a eleição para a presidência sempre se processou à minha inteira revelia. Escuso-me de recordar agora esta circunstância, que tem o testemunho de todos os meus colegas. Si a isso aludo é para significar que assumo novamente a presidência da Acad-

(*) 8 de julho, 1943.

mia no só propósito de a servir e de obedecer a um voto honroso, não me julgando com títulos que recomendem a preferência do meu nome ao de tantos que entre os nossos poderiam ilustrar esta cadeira.

Reconheço que ela impõe grandes deveres, nem sempre fáceis. Mas espero, com moderação de espírito, manter constante a harmonia em nossos trabalhos e trago o ânimo de corresponder com esforço à vossa nobre confiança, que agradeço.

Todo começo traz esperanças, o que faz natural sempre se peça programa novo nos mandatos que se iniciam. O programa da nova Diretoria é a lei que aqui guardamos no culto da ciência médica, acompanhando a sua evolução e servindo ao seu progresso, agora cada vez mais acelerado com inúmeras mutações. Assistimos ao advento da nova medicina, a que nos devemos adaptar. Certo as novidades, como todas as mudanças (assim o notou Anatole France) "têm o inconveniente de modificar os nossos hábitos". Mas êle mesmo reconheceu que "viver é consentir em ver mudar tudo o que nos rodeia". Contudo não há por que nos queixemos: "si o mudável das cousas nos entristece, por outro lado nos diverte".

A medicina clássica tem eternidade, porque a maioria dos seus princípios é indestrutível. O velho tempo soube edificar. Mas em medicina, como no mais, tudo não está no antigo. Um grande espírito clássico, que soube amar o passado e pode, vivendo em nossa época, ser contemporâneo dos antigos — Anatole France, que sempre me comprazo em citar — reconheceu que o conservantismo sistemático é ridículo, assim na arte como na política. Que diríamos de tal com relação à ciência? Admitamos, pois, e desejemos e auspiciemos a renovação, os novos caminhos, os novos horizontes, guardados os bons princípios.

Isso nos não força a despresar o espírito de tradição sempre tão vivo nesta Academia, senão a respeitá-lo, aprendendo nele.

Abro o "*Livre de mon ami*" e encontro a bela verdade: "Ce n'est qu'avec le passe qu'on fait l'avenir". Também é vida o que se vê na imagem das cousas mortas.

Nisso busco inspiração para propor à Academia tome a seu cargo a elaboração de duas grandes obras, que congregando as épocas firmem, como em marcos duradouros, o esforço e a lição dos médicos brasileiros.

Seria a primeira uma "*História da Academia Nacional de Medicina*", para a qual já existem publicados valiosos subsídios esparsos. Ver-se-á então, recapitulado numa obra de conjunto, composta sob a invocação dos que noutro tempo nos mostraram o caminho, o que tem sido esta nobre Academia nos seus cento e quatorze anos de ininterrupto trabalho em todos os ramos da medicina, com a sua tribuna exclusivamente destinada à ciência e à causa pública, e sempre engrandecida e prestigiada pela liberdade intelectual, a mais bela das liberdades.

Outro volume se destinaria à "*História da Medicina no Brasil*". Ninguém desconhece a importância que presentemente se concede nas grandes Universidades, e centros de estudos, em especial nos Estados Unidos, às pesquisas históricas em medicina. O Brasil pode aparecer sem favor na primeira plana, entre os países onde mais alto chega a medicina, e de certo não haveria mais oportuna ocasião de atestá-lo do que agora, quando a nossa nação, de pé, impõe com alor, por todas as formas, a sua grandeza.

Na ocasião em que assumo os encargos de presidente, tenho por especialmente grato manifestar de público quanto me sinto honrado vendo

como meus colaboradores na Diretoria colegas tão ilustres na disciplina do estudo e de tanta autoridade em nossa classe.

Sucedendo neste logar ao meu sábio colega Professor Moreira da Fonseca, ao agradecer-lhe as gentis expressões com que me empossou, associo-me cordialmente ao sentir geral, para significar-lhe, uma vez mais, o reconhecimento com que aqui todos prezamos os seus dedicados esforços, sempre renovados com tanto proveito, no serviço da Academia.

A todos os meus nobres colegas, na palavra dos quais aqui espero sempre aprender, reafirmo as promessas de bem servir e me rejubilo por esta nova oportunidade de lhes trazer a firme expressão da minha estima, nos votos que formulo pelo engrandecimento da Academia.

CHARLATANISMO MEDICO (*)

A comemoração de um aniversário académico trás sempre a visão do passado e nesta Academia, que entra agora no seu centésimo décimo segundo ano de trabalhos, essa visão se desdobra num panorama grandioso. Aqui, em tão dilatado tempo, se engrandeceu dia por dia a ciência médica, acompanhando-lhe o progresso na vastidão dos seus domínios, e a nenhum ramo da medicina faltou, nesta casa, a colaboração estudiosa e porfiada.

O ideal médico vai alem de todas as fronteiras e a medicina só conhece continentes quanto à distribuição geográfica de certos tipos patológicos. Si a Academia participou constante no movimento médico internacional, ilustrando-o, soube contudo preservar em sua ação o vivo sentimento nacio-

— — — —
(*) Academia Nacional de Medicina, 30 de junho, 1941.

nal, que desde o Império lhe serve de norte. Há personalidade no médico brasileiro, e daí a beleza que ele acrescenta no exercício clínico. Por tudo isso, a Academia não teve em mira o só progresso da doutrina médica, senão também a elevação e o aperfeiçoamento das normas profissionais da medicina. Sempre haverá quem pregue o "*défends ta peau contre ton médecin*", mas não são esses os que, em verdade, põem no descrédito a nossa ciência. Seus demolidores são outros, os que, dela valendo-se, indecorosamente a burlam, deturpando-a no seu exercício.

Em todo tempo e em tôda parte sempre houve charlatanismo de médicos :

*"Le monde na jamais manque de charlatans;
Cette science, de tout temps,
Fut en professeurs très fertile."*

E por certo não há mais perigoso charlatanismo do que esse que faz seus passes sobre a vida do homem.

Haverá diferença entre o médico charlatão e o charlatão da feira, que de tempo remoto molhou o tipo ? Muito charlar para enganar e persuadir aos ouvintes boquiabertos. Tudo sempre

falsas promessas. E que promessas ! Um charlatão de marca, pintado por La Fontaine, levou a cousa a ponto de prometer à gente reunida mostrar-lhe, ali no tablado onde arengava, o diabo em pessoa. Como ? Assim no-lo conta, em gracioso estilo, Filinto Elycio : "Acodiu, como VV. mms. bem podem crer, toda a gentalha, a ver o diabo, uns com susto, outros com mofa. Eis que sobe o Charlatão ao seu palanque, e depois de muita parlenda e muito tregeito, tira a bolsa da algibeira, vira-a de dentro para fora, e mostrando o sujo cotão, sem um só real, volta-se em roda para todo o auditório, com a bolsa assim virada — *Messieurs, n'est-ce pas le diable ?*"

Tal exemplo do charlatão sem vintém é único, A classe é rica, mestra no escorchar, e há os que se juntam por sócios, para ganhar dobrado, como aqueles dois, referidos por Voltaire : um distribuia o veneno, o outro o antídoto.

O anúncio bombástico na imprensa e pelos meios de difusão da publicidade moderna, tão propicia ao exagero, as tribunas fáceis, tudo é estrado para guindar-se o charlatão médico. Admita-se o anúncio, na qualidade de indicação, muitas vezes util, e tolerem-se os títulos anunciados, quando legitimamente adquiridos. Um passo mais,

já o anúncio é chamariz, como o de qualquer popular camizeiro, que põe soalhas e luminárias para atrair clientela. Corra o doente para o médico, não o médico para o doente, com promessas de cura em todos os casos, curáveis e incuráveis. Uma cousa é a bôa esperança que, embora às vezes mentindo, deve o médico ao doente, para levantá-lo no sofrimento, outra cousa a falsa promessa de cura, com o intuito lucrativo de grangear clientes. Também aqui La Fontaine, trazido por Filinto : "O charlatão basoviava que a Morte perdia o seu tempo com os que lhe comprasse os seus remedios".

E os falsos médicos ? Sempre os houve em toda parte e ainda hoje é como em Portugal há duzentos anos. Vamos abrir, si acedeis, um velho livro de medicina que, sendo velho, ainda muito tem de novo, já que em tantos pontos cabe em cousas de hoje. Não há livros que mais depressa envelheçam como os de medicina, que no passar de um ano já perdem o valor, tanto de um dia para outro muda a nossa ciência. Mas o médico douto não despresa aprender, lendo também por velhos livros. Sirva de exemplo ao caso o admirável *Portugal Medico*, estampado em Coimbra em 1726, de autoria de um dos mais abalizados

clínicos lusitanos daquele tempo, Braz Luiz de Abreu. Ponhamos de lado o ingênuo e o derisório da doutrina, e admiremos no *Portugal Medico*, estudando a fio essa obra, onde também se mostram, com beleza, a graça, a expressividade e a energia do nosso idioma, o alto espírito médico e humanístico de Braz Luiz de Abreu. "Oh ! Açuda-nos Deus", diz êle, falando da inumerável casta dos falsos médicos. "Enfada-se de ser soldado na Italia um romano; passa a Portugal e constitue-se um famoso espagírico florentino. Foge da sua Religião feito apóstata um francês; aporta em Lisboa e inculca-se por um insigne médico parisiense. Quebra em Holanda um mercador; busca o nosso Reino, e vende-se por um peritissimo fisico hamburguês. E até entre os nossos, o que é alveitar no Minho passa a ser médico no Algarve; o que é cirurgião na Estremadura vai buscar o grau de doutor ao Além-Tejo e de Boticário da Beira se converte em Galeno de Traz-os-Montes; e desta sorte espalhados e desconhecidos, morrendo por viver da sua nesciade, vivem de matar com a sua medicina". Por isso, diz o médico português que quando começou a exercer em Portugal, "eram mais os médicos que os doentes". Ali os Boticários, Barbeiros, Mezinheiros, Benze-

dores, Beatas, Feiticeiros, "todos revestidos de médicos e enfronhados em doutores, vendendo medicinas a meio mundo ou vendendo o mundo com as suas medicinas".

Quereis ver em que conceito esse "inumerável vulgo de medicastros" tinha a classe dos verdadeiros médicos ? Visita um daqueles a um doente e solta a língua : "Eles cuidam que por irem a Coimbra, já um homem se lhe agacha : também por cá se estuda, e às vezes emendamos nós por debaixo da capa aqueles erros que eles cometem à luz do meio dia. Se eles são Doutores de cortezia, nós somos Licenciados *in rígore*. A tintura de papoulas que o médico lhe receitou, que a beba ele". Dado o seu recado desta sorte, continua Braz Luiz de Abreu, o suposto médico "sae pela porta fóra a toda pressa, como quem tem muitos doentes que visitar naquela manhã; em outra casa faz o mesmo espalhafato, recolhe-se a jantar à sua, esgravata os dentes e vem a servir-lhe o doente de conduto e o medico de palito". Emfim, "o seu curar é matar e o matar é o seu comer".

E que dizer dos Barbeiros, dos "artistas barbitonsores" ? Eram pessoas de tomo naquela legião de ignorantes. Passavam "das barbas às veias e das veias aos pulsos", atrevendo-se a exa-

minar o doente. Si me perdoardes o estirado da citação, trarei agora a cena do médico barbeiro entrando à casa de um doente, conforme se lê no "Portugal Médico" : "A primeira palavra que sae pela boca fora é um reverendo *Deo gratias*; para que os assistentes saibam que também petisca em latim. Senta-se ainda que o não mandem; cobre-se, ainda que caiam os passarinhos com calma; e escarra-lhe com força, porque lhe parece que fica assim mais grave a sua visita. Ora como passou V. M. a noite ? entra a perguntar o nosso rapante Galeno. Com maior aplicação que nunca. começa a responder o seu enfermo miseravel. As dores de cabeça não cessam, a febre não se diminue, as vigílias não se remitem, as securas estão no seu princípio, as agonias no seu auge. Emfim já não sei que diga a esta queixa, que parece pela sua violência me vae fazendo perder com o sofrimento todas as esperanças do alívio. A isto acode o Barbeiro com um risozinho solapado, e fitando os olhos no teto da casa, à modo de quem discorre com profundidade, movendo a cabeça à maneira de quem diz *sim* repetidas vezes, arremete ao pulso. Aplica os dedos ou sobre a artéria ou sobre o nervo, que nisso vae pouco, esperta o ouvido Para aquela parte donde pega, como quem quer

descobrir um mistério em cada pulsação, e depois de dar a entender ao doente que tem examinado e percebido distintamente, todas as diferenças daquele vital movimento, arqueando as sobrancelhas e entesando a vista lhe diz : Senhor, eu sou obrigado a dizer o que entendo : Deus me não chame a juízo. Conciênciia, conciênciia. Amigos, amigos. Eu não sei ser um por de traz e outro por diante : perca-se o que se perder. A verdade é como o azeite; ou somos ou não somos. Aí não há mais que pão por pão e queijo por queijo, gema quem gemer. Primeiro estão dentes que parentes. Quem não deve não teme". Continua o falatório e afinal sentencia : "Senhor, entendamo-nos. A cura vae errada; o Médico não atinou com a queixa, ele é muito bom estudante, porem não falta cá debaixo de um capa ruim quem lhe empate as vazas. Creia Vossa Mercê que se vae por diante com esta cura, que lá vae quanto Martha fiou. Vossa Mercê não quiz seguir senão o que o Médico lhe meteu na cabeça, como que o que eles dizem fora algum evangelho. Senhor, as minhas experiências valem mais que quantas Medicinas andam espalhadas pelos seus alfarrabios. Creia Vossa Mercê que os mais dos Médicos, não teem mais que aqueles seus latinórios e sincadilhas de palavras com que

aturdem os assistentes e embasbacam os enfermos; mas nós cá entendemo-nos em bom português e sem tantas arengas nem traquinadas de textos damos os nomes aos bois e fazemos muito bem a nossa obrigação. Depois que Vossa Mercê está doente podia eu ter levantado uma dúzia deles. Emfim Vossa Mercê assim o quer assim o tenha. Não lhe diga Vossa Mercê nada disto quando ele vier, porque eu não quero histórias com os meus companheiros. Se Vossa Mercê quer tomar meia dúzia de sangrias sem ele o saber, é o que me parece mais acertado, e quando ele vier visitá-lo diga-lhe Vossa Mercê que tornou a purga que ele receitou; e ficaremos todos bem".

Nem tudo são jocacidades nesta formosa página, em que se pinta o desaforo da ignorância embochechada, galeando ciência e fazendo roncas, a murmurar dos médicos e a desfazer nos mesmos. É triste pensar que alguma vez tambem doutores chapados se guerreiam com tais armas, visitando a ocultas doentes confiados a outros e opinando na ausência do médico assistente.

Si hoje entre nós já não há Barbeiros licenciados com Carta de meia-cirurgia e já se lhes não reconhece utilidade para sangrar, sem siquer com sanguessugas, ainda por aí se encontram espiritis-

tas, curandeiros, feiticeiros e outros que tais, campando de médicos e iludindo o público com as suas tretas e bugiarias.

A repressão policial, em periódicas investidas, tem-se mostrado impotente para exterminar aqui a raça dos mistificadores, nessas e noutras formas do exercício ilegal da medicina. É que, como ainda recentemente observou em judicioso comentário, na revista *Pastem*, a pena brilhante do Dr. Cláudio de Araújo Lima, de parceria com os embusteiros estão nessas curandices psicopatas e neuróticos, entregues por constituição mórbida a práticas de magia, de espiritismo e equivalentes, e para estes, ao envés da ação policial e judiciária, o que se deve pedir é a intervenção do psiquiatra.

A valorização do exercício médico, sobre a qual nestes últimos tempos tomou esta Academia louváveis iniciativas, ao discutir o problema social do médico entre nós, não depende exclusivamente do poder público fiscalizador, mas também da ação vigilante e moralizadora da classe médica.

Sempre existiu entre nós viva prevenção contra a competência profissional do médico estrangeiro domiciliado no Brasil, uma vez que tudo era facilidade no processo de revalidação dos títulos expedidos no exterior. Houve época em que

bastava ao candidato apresentar qualquer trabalho escrito para que, mediante simples parecer da Faculdade Médica Nacional, a Repartição da Saúde Pública, concedesse licença para o exercício da clínica. Nem sequer se exigia nos regulamento de então, prova de autenticidade do trabalho apresentado, e a êste respeito me lembra que, ao tempo em que dirigi a Faculdade de Medicina, tendo a Congregação opinado favoravelmente quanto a trabalho científico apresentado para efeito de revalidação de diploma, por certo candidato alemão, ficou depois esclarecido não ser o mesmo o autor do trabalho, não passando de carpinteiro em seu país esse que pretendia ser médico no Brasil.

Tentar a vida em terra alheia já pode parecer má recomendação, quanto ao médico. Não terá sido para mudar clima, senão para obter alhures o que não alcançou na pátria. Mas o público, em toda parte e em todos os tempos, nunca escondeu a tontice de experimentar o que vem de fora, na suposição de que seja melhor do que o que há em casa. É lição da antiguidade, por nosso pai Hipocrates, que o comum da gente prefere o estrangeiro inepto, e põe de lado o nacional sábio. É que, no geral, o médico estrangeiro toma lar-

gas, apenas chega. Lá dizia, no século XVIII, o nosso tão citado Braz Luiz de Abreu : "Desembarca em Lisboa, no Porto ou em qualquer outra barra deste Reino um médico estrangeiro; não disse bem; um estrangeiro metido a médico; e antes que ponha o pé em terra, já o bom do homem tem mandado encher as esquinas de Editais, em que publica remédios infalíveis para todos os achaques, por mais que os médicos doutos e nacionais os tenham reputado por incuráveis". Chega e não perde tempo : "Entra-se um destes por casa de um Ilustre, de um Nobre, de um Eclesiástico, de um Mercador, mas nunca de um pobre; e se há achaque em casa, começa logo o parabolano a desenrolar prometimentos; e que foi fortuna chegar ele a tempo em que pudesse emendar o que os médicos tinham errado, porque a queixa só ele a conhecia, por já ter feito semelhante cura na Pessoa do Delphim de França e vencido o mesmo achaque no Príncipe Eugênio, ou em qualquer personagem deste calibre; porque semelhantes físicos nunca se fazem médicos aí de qualquer tudesco de má morte, mas as suas experiências sempre teem sido observadas ou nos Palácios dos Príncipes ou no Serralho do Grão-Turco". É o que leva o autor do "Portugal Medico" a exclamar : "Meus

Portuguezes, só nesta parte vos quizera italianos. Estes não admitem nas suas queixas médicos que não sejam da Itália. Mas nós (como se também houvesse morrer à moda) fazemos gala de nos curarmos à estrangeira".

Não há exageros no quadro porque outro não é o depoimento que, na mesma época, trouxe, nos admiráveis dialogismos da sua "Floresta", o grande Padre Manoel Bernardes. Pergunta : "Quanto tempo é necessário para alguém ter fama de grande médico, cirurgião ou engenheiro ?" Resposta : "Quatro dias depois que se entender que é estrangeiro". Eis aí está.

Veio depois, em todos os paizes, a natural reação contra estas cousas e a nossa legislação atual, impedindo a revalidação de diplomas médicos estrangeiros, prestigiou e defendeu o médico brasileiro.

Isto nos não leva a desconhecer o merecimento e a honradez dê muitos médicos estrangeiros que, habilitados, dignamente exercem no Brasil a nossa profissão, e especialmente me refiro com louvores à ilustre classe médica italiana de São Paulo, integrada por estreita confraternidade à dos seus colegas brasileiros. E não podemos esquecer, mormente nesta noite comemorativa, que nos gru-

po dos fundadores desta Academia figuram médicos estrangeiros, o francês José Francisco Xavier Sigaud, diplomado em Strasburgo, e que aqui aportou emigrado em 1825, o também francês João Mauricio Faivre e o médico italiano, chegado em 1817, Luiz Vicente De-Simoni.

O momento atual tem trazido ao Brasil não poucos médicos, coagidos a deixar a pátria, desvalijados, em virtude da questão racial ou das inclemências da guerra. Ainda não morreu em nossa terra a piedade cristã e a benevolência que devemos usar com os que sofrem nos está a lembrar o dever de ampará-los como membros da grande família médica.

Com a questão do exercício médico prende intimamente a da moralização da indústria farmacêutica. Às crescentes facilidades concedidas ao comércio de drogas e medicamentos teem ocasionado abusos e inconvenientes, já muitas vezes condenados nesta Academia, que viu com prazer a recente designação de um dos seus membros, o nosso prestigioso colega Dr. Raul Pitanga dos Santos para participar na Comissão de Fiscalização dos anúncios médicos e farmacêuticos, em boa hora instituída pelo Departamento Nacional de Propaganda.

Cabe-me salientar por forma especial a segura atuação do Dr. Jesuino de Albuquerque, nosso preclaro colega, ilustre Secretário da Assistência do Distrito Federal, no caso da fiscalização dos medicamentos para os hospitais da Prefeitura, e a Academia aplaude as medidas governamentais de repressão no caso de venda de medicamentos, que não correspondem às fórmulas com que foram licenciados, trazendo assim prejuízo à ação terapeutica.

O Ministério da Agricultura, por medidas eficazes, tem ultimamente colaborado na defesa da saúde pública e é de justiça salientar, nesta ocasião, a sua ação profícua, ainda recentemente demonstrada no caso da adulteração de vinhos importados. Não houve siquer, nesse caso, a atenuante de tratar-se de simples aguagem do vinho, pois si assim fôra alguém poderia invocar a excusa de certo prelado, a que alude o clássico Bernardes, e que apontava como pecado mais digno de perdão o dos "taverneiros que aguavam o vinho; porque com esta transformação atalhavam muitos danos do corpo e alma". Os laboratórios de enologia demonstraram tratar-se de alterações químicas nocentes, que cumpria impedir.

A Academia segue de perto, com diligente interesse, o movimento que visa prestigiar, enobrecer e salvaguardar o exercício da medicina no Brasil, confiada na ação do Governo e da classe médica nacional.

MIGUEL COUTO ()*

Quem não terá sentido agora, transpondo o átrio desta Casa, um estremecimento no coração, alguma cousa que, volvendo-nos ao passado, nos torna o presente mais belo pela recordação ?

Ali, na entrada, sob mil formas, está a efígie, a imagem terrena daquele para cultuar cuja memória hoje aqui nos reunimos — nosso mestre Miguel Couto — tal qual era na serenidade da sua formosura, na sua obra, nos seus livros. Ali nos seus autógrafos, aquela letra em que os grafólogos haveriam de descobrir a sinceridade, a lisura, o ânimo reto e verdadeiro. Ali nas comendas, as medalhas que lhe ornavam o peito, — aquele peito que nunca se estufou com as honrarias, porque dentro lhe batia um coração modesto. Ali os diplomas das mais altas Sociedades cien-

— — — — —
(*) Academia Nacional de Medicina, 29 de maio, 1941.

tíficas da Europa e da América. Em tudo, nas lembranças dos trabalhos de cada dia, aquela vida de trabalho e de amor, que foi a de Miguel Couto. Tudo recordações que falam por élle, piedosamente guardadas, como em sacrário, por sua família.

Hoje exaltamos a memória de Miguel Couto na presença da excelsa Senhora, cujo maior elogio está em ter sido a digna esposa do grande mestre, aquela que com devoção tanto o ajudou na vida, sua colaboradora eficaz e desvelada até o último momento, e perante a qual todos nos curvamos com o sentimento da mais funda veneração.

Miguel Couto ! Todos o vamos buscar, com o infinito do nosso amor, lá no outro infinito para onde a morte e a glória o levaram. Tudo é saudade, quer dizer, tudo é vida. Pois não o estamos a sentir em toda parte, tal qual era, nesta Casa, onde há um altar para élle? Como definir esta saudade? Como chamá-lo e revocá-lo à nossa presença com palavras, quando alguma cousa intraduzivel aqui nos envolve e nô-lo faz sentir conosco, dentro em nós, presente, vivo, real, como na sua passagem terrena ? O olhar com que o buscamos, me faz agora recordar o que uma vez aprendi com uma doente no hospital, quando eu alí dirigia uma enfermaria de clínica médica de mulheres. Era uma

doente polaca, que conhecera tempos venturosos e que o acaso da sorte prostára num leito de hospital. Recordo que lhe perguntei — já uma vez trouxe isto a público — que significava, na Polónia, o termo "Zal". Era essa cousa indefinível, essa ânsia de que possa volver a nós o que amámos e já partiu e já se perdeu. A mulher quiz responder, e eu percebi que, naquele instante, lhe passou, na visão rápida das cousas, o esplendor das suas recordações. Quiz responder, mas não poude. Olhou ao longe, e nada disse. Eu me retirei, respeitando aquele silêncio. Mas então pude definir a saudade com um olhar ao longe, sem palavras.

Pois não é com êste olhar ao longe, sem palavras, que todos agora queremos buscar para junto de nós aquele que foi o nosso guia, o nosso mestre, o nosso conselheiro, o nosso exemplo; aquele que exaltou como ninguém o primor de nossa profissão, aquele que, como disse há pouco, vive aqui em altar ?

A quem se destina esta Exposição das cousas que passaram pelas mãos de Miguel Couto ? Nós o conhecemos ontem, testemunhas de sua gloria, partícipes de seus trabalhos, seus discípulos.

Será então, para apontá-lo a outros, aos que hão de vir ?

Não será só para os outros, é também para nós mesmos, que vindos daquele passado necessitamos cada dia das exortações daquele exemplo.

Uma vez — eu era moço e aprendia na sua palavra — Miguel Couto, diante de certas lutas estéreis e apaixonadas, que tantas vezes dividem os médicos, a mim me disse : "O que fica dos homens não são as lutas : são as suas obras".

Por isso êle soube viver longe de grupos, acima de grupos, sem paixões pessoais, sem lutas pessoais, antes com o espírito aberto, tolerante para todos, piedoso e conciliador.

O que fica dos homens não são suas lutas : são as suas obras !

É para recordar essa obra imensa e benemerita de Miguel Couto que hoje a Academia se reúne. Ela foi buscar entre seus membros aqueles que com êle conviveram de perto, bem o conheceram, e eram honrados com sua estima, os Drs. Moreira da Fonseca, António Austregesilo e Helion Povoa. Fomos pedir à Dra. Carlota Pereira de Queiroz, sua discípula, que sentiu a amizade do seu lar, e que ornamento da classe

médica paulista, não fazendo ainda parte desta Academia, mas aqui esperada, nos traz hoje a sua brilhante colaboração, vindo especialmente falar de Miguel Couto como parlamentar.

Levantemos o coração recordando Miguel Couto, médico, professor, grande cidadão, que em tudo, em uma vida votada ao ideal e ao trabalho, não conheceu um dia em que não houvesse feito uma obra de bem.

Evocando a memória sempre viva do Mestre, digamos todos — gloria a Miguel Couto, hoje e sempre, como si para êle, com a palavra dos *Psalmos*, o tempo não fosse o tempo.

MEDICINA SOCIAL ()*

Vive hoje a Academia um dia de tradição, comemorando, na forma do Estatuto, o seu centésimo décimo quinto aniversário. Longo tempo, longa fidelidade no culto da medicina.

Servindo-a com devoção, os que por aqui passaram viveram conforme o seu tempo, com a medicina do seu tempo, como nós vivemos com a nossa. A vocação é a mesma, mas os métodos mudaram, e não somente os métodos senão também o conceito.

Humana por excelência, como nenhuma outra, a ciência médica, beneficiando sempre o indivíduo, multiplica cada vez mais o seu raio de ação, visando a coletividade. Não se trata apenas de trazer a esta a sua ação bemfazeja, no preservá-la e defendê-la contra os males epidêmicos, nisso em

(*) Academia Nacional de Medicina, 30 de junho, 1944.

que o século passado, com o advento da bacteriologia e a descoberta da causa de um sem número de doenças teve a sua grandeza. Ao muito que isso representa para a humanidade, trouxe o século atual, como força imperativa que se faz sentir de mais em mais, a vigilância, a tutela, a ação protetora da medicina sobre as coletividades nacionais, o que alargou de tanto o âmbito da profissão médica.

Passou neste particular, pode-se dizer, o período de experiência e já ninguém negará que a medicina moderna é, em toda parte, a medicina social, a que extende a todos, como direito de todos, o proveito da ação médica.

Não se quer com isto dizer que date de agora a intervenção do médico no interesse da sociedade e reconheça-se que à iniciativa particular se deve, sob os mais variados aspectos, a criação e o desenvolvimento da medicina social. Por isso, muitas vezes se confundiu medicina social e o que modernamente se tem chamado "*medicina soda lizada*", aquela em cuja organização e superintendência diretamente participa o poder do Estado. A finalidade é a mesma, só varia o mecanismo de ação. Em vez de limitar-se a auxiliar indiretamente as instituições privadas que visam a proteção mé-

dica nas coletividades profissionais, o poder público, ampliando progressivamente a sua intervenção, afinal tomou a si, em larga escala ou quasi no todo, o programa dessa medicina social, medicina do futuro. Nada, efetivamente, poderá deter a força da nova orientação que levará amanhã a medicina a rumos atualmente imprevisíveis. Os mais graduados centros médicos assim o reconhecem, na Europa, entre outros o Royal College of Physicians, de Londres, que há dois anos inculcou a necessidade de sistematizar o ensino da medicina social e preventiva, sob os novos moldes, de acordo com as exigências modernas. Aí está, neste particular, o exemplo de universidades americanas e inglesas, tão a propósito lembrado na imprensa médica pelo nosso egrégio colega, membro dos mais doutos desta Academia, o Professor peruano Dr. Paz Soldan.

Nessa Inglaterra, tão apegada às suas tradições e ao seu espírito conservador, já se instituiu a docência da medicina social em Birmingham e em Oxford.

É oportuno trazer para aquí o que, há poucos meses, doutrinou o Professor John Ryle, na nova cátedra de Oxford, no que concerne à medicina social, em face do homem : "As ciências e as

técnicas dominaram em certo modo a medicina, com exclusão da mais importante de todas — a ciência do homem — e a técnica primacial sobre todas — a técnica do **conhecimento**. Ciência sem humanismo poderá manejá os átomos, mas não bastará para o homem".

É pois ao homem, considerado individualmente e na coletividade, assim no estado hígido como na doença, para defendê-lo, em todas as idades da vida, contra as causas morbigenas e ampara-lo enfim para o trabalho, que se levanta a mão protetora da medicina moderna no seu aspecto social. É a medicina para todos, a que todos tem direito, sem distinção de classe, categoria ou o que seja, e à qual todos se submeterão no benefício comum da coletividade. Medicina obrigatoria, si assim a chamarem, mas nem por isso menos abençoada.

Sacrificando, no seu teatro de horrores, milhões de vidas, a guerra está apontando no caminho dos novos tempos, o programa da assistência médica, na valorização do homem para a paz social.

O problema brasileiro, neste particular, enfrenta dificuldades enormes, pela vastidão territorial e pelas condições climáticas, dificuldades

imensoas, mas não insuperáveis. Não é menosprezar o muito que já se fez e se continua a fazer em nosso país, em matéria de higiene e saúde pública à qual o Governo atende com solicitude e clarividência, conhecer com as cores exatas, o quadro sanitário do país. É falso patriotismo calar verdades; quando estas se publicam, não por mesquinho espírito de crítica, sim por sincero desejo de melhorar o que é de todos, então é dever o dizer as coisas como elas são. Não se viu ainda médico que curasse a ferida sem primeiro descobri-la. A célebre frase de Miguel Pereira — "o Brasil é um vasto hospital", que lhe valeu tantas objurgatórias, já tem perto de trinta anos. Terá perdido a sua verdade? Falando a médicos, não preciso insistir.

Não devemos, porém, silenciar as esperanças, justificadas pelo êxito favorável que a ação do Governo tem alcançado neste particular e ainda presentemente, no extremo norte do país, com a batalha médica na defesa da borracha. Com satisfação me associo aos conceitos do Dr. Durval Rosa Borges, que em artigo publicado na *Resenha Médica*, citando o exemplo acima referido, lamenta a concentração do esforço médico nas grandes capitais, acenando ao abandono das zonas do in-

terior, assoladas de males. Isso está a aconselhar o estudo de medidas que determinem "mobilização da medicina" para todo o Brasil, levando-se a ação médica por toda parte, aí onde for necessária.

Não se comprehende medicina social com preferências regionais ou privilégios de classe.

Por outro lado, o princípio geral da assistência médica coletiva ha de conciliar-se no direito individual, especialmente no que diz com a escolha do médico por quem dele necessita.

Cái a propósito assinalar o critério sabiamente liberal com que se encara este ponto na Inglaterra. Não faz muito, noticiou a imprensa, como parte do programa da política britânica do após-guerra, os planos do novo Serviço Nacional de Saúde, tendo por objeto pôr indistintamente ao alcance de todos e por modo gratuito o benefício médico. "A população deverá receber o melhor tratamento médico e gosar das maiores facilidades para isso". Nesse projeto, inspirado nas sugestões do plano de Sir William Beveridge, com sabedoria se salvaguarda o princípio fundamental das três liberdades : "1.^º Cada um recorrerá às facilidades oferecidas pelo Serviço Médico, por sua própria vontade; 2.^º Cada um poderá escolher os seus médicos; 3.^º O médico exercerá os seus mé-

todos profissionais como bem entenda, sem estar nisso submetido a fiscalização extranha".

Eis aí a liberdade inglesa, a liberdade que respeita a dignidade individual, a liberdade que não pode ser dobrada ou constrangida nos regulamentos e nas cadeias burocráticas, muitas vezes responsáveis pelo fracasso de bons princípios.

Citando a Inglaterra, como deixar de exalta-la, na grandeza que em tudo revela nestes tempos ?

A braços com uma guerra de vida ou morte para a nação, ao mesmo tempo que peleja com sublime ardor prepara a felicidade futura estudando os grandes problemas humanos. O desenvolvimento da investigação científica, nos seus mais altos aspectos, atinge atualmente na Inglaterra uma fase das mais fecundas de sua história e sente-se que nisso assentará um dos princípios da sua política futura. Na imprensa, no Parlamento, nas Academias, nas Universidades, é a mesma voz para apregoar a importância do estudo das ciências, para exaltar o valor da pesquisa científica sob todas as formas, para aconselhar a criação de organizações que a favoreçam e a aliem à indústria, para melhoria das condições da existência humana.

Nada menos que o desembolso de **dez** milhões de esterlinos, para auxiliar e aperfeiçoar as conquistas da Ciência, após a guerra, é o que propõe a Comissão de Estudos Científicos do Parlamento inglês.

Não morreu assim o espírito científico, em que muitos desavisadamente descreveram. Nele também, no vôo livre a que se entrega o homem de ciência, está uma das formas da liberdade.

Saudemos, senhores, na quadra que precede a iminente vitória, nesta guerra de que participa a nossa pátria, saudemos o advento do novo dia científico, para glória do espírito humano, na liberdade e na paz.

RECEPÇÃO DO PROFESSOR LOURENÇO JORGE NA ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA ()*

Em toda parte o imperativo académico exige com frequência discursos e no usual dos atos como o de hoje se prescrevem dois. Certo as portas da casa se hão de abrir com bôas palavras ao que chega, e é grato ouvir deste as disposições que traz. Esse mínimo de dois discursos não dará a ninguém *razão* de queixa, nem ainda aos que prefiram novo modelo — academia sem discursos.

Outro Anatole France poderia acaso perguntar si alguma cousa resta nas academias, tirados os discursos. Mas o assunto não é da ordem do dia e me não compete a resposta.

(*) 10 de junho de 1942.

Honra-me e alegra-me ser, nesta ocasião, quem traga em nome de todos as boas vindas ao novo Académico. Si de um orador sempre se pede, como primeira qualidade, ponha nas palavras a força do coração, bem sinto que é com este, todo inteiro, que aqui hoje me encontro para exaltar com justiça um nome digno de todos os louvores. O Dr. Lourenço Jorge chega a esta Academia aureolado pela admiração dos seus colegas, que dêle se orgulham como de um ornamento da classe no momento atual, um alto expoente da grandeza da nossa medicina. O muito que êle é e o muito que vale todos o sabem nesta Casa, onde o sentimento de admiração pelo que merece ser admirado sempre se revestiu de uma forma independente e livre. Há louvor e louvor. Não se confunda a voz livre das Academias científicas com as apologias de encomenda, tão próprias para festejar a mediocria, tão úteis e de moda agora que o mundo moderno, criando tantas cousas dirigidas, na economia, na indústria, na produção, no consumo, também criou a admiração dirigida.

A vossa admissão nesta Academia, meu douto colega, para substituir a Garfield de Almeida, sempre vivo em nossa saudade, sempre recordado como modelo do médico, pelo saber e pela alma,

nos assegura, nesta honrosa sucessão, a continuidade dos valores, que perpetuam no tempo o prestígio desta velha instituição.

Hoje, de pensamento em pensamento, lançando o olhar para traz, estou a recordar os começos da vossa carreira médica, o tempo das belas estreias, que vos predestinavam à eminência a que subistes, como dos mais autorizados mestres da clínica.

O caminho foi longo, é sempre longo o do estudo. Mas a força da vocação e a aplicação porfiada podem abreviar no tempo a hora dos triunfos, como às vezes, ao belo sol dourado, cedo se assazam os frutos. A experiência médica que, para bem fortalecida, pede o indispensável vagar de muitos anos e é prémio da idade proiecta, pode antecipar-se quando o médico, para vêr muito *em* pouco tempo, se clausura desde a mocidade, como foi o vosso caso, entre o hospital e os livros.

Na clínica a autoridade vem da experiência e esta não permite improvisações. Quem não viu, não sabe. A grande arma é a observação, que nunca se cansa e acende o espírito inovador em medicina, onde há cousas velhas sempre novas. A observação, só por só, sem mais, nos oferece muito da verdade, com o *fato clínico*, quando bem

apreendido. É necessário dar crescente valor ao fato clínico em si, no seu conjunto, isto é, na sua exteriorização formal e nas demais circunstâncias clínicas a él diretamente associadas e vinculadas na representação mórbida. Mas, muitas vezes, julgamos em pouco o fato clínico, na sua verdade nua, e nos detemos menos no fato em si que na sua interpretação. A verdade, é necessária vesti-la, *esí ornanda*, como está em Cícero, nas *Cartas*. Entra-se então no processo interpretativo, pelos caminhos fisio-patológicos, muitas vezes invios e obscuros, e onde sempre almejamos chegar além do possível. Possuímos o fato, exato na pureza da sua exteriorização, singela ou complexa, temo-lo agora muitas vezes desfigurado, transmutado por força da interpretação. O médico se esquece do doente e passa a teorizar sobre o mesmo. Bem é que se procure sempre interpretar o fato clínico, qual acima o definimos — o sintoma, com todas as circunstâncias que lhe são diretamente correlatas — tentando descobrir-lhe o íntimo do mecanismo patogênico. Observação e raciocínio. Mas o clínico avisado saberá deter-se em tempo, si não houver elementos provados que lhe garantam a exata interpretação fisio-patogênica do fato clínico. Isso será preferível a que se deixe levar, no

mar das conjecturas, por hipóteses fantasiosas, partidas de falsas premissas, e tantas vezes facilmente aceitas como verdade. O mais grave é que não raro o tratamento passa a orientar-se por essas concepções patogênicas não provadas e assim se desvia do verdadeiro rumo a ação do clínico.

Vossa educação médica, meu caro colega, se estatuiu sempre ao lado do doente. O médico que assim faz é o mestre de si mesmo e anda mais seguro no movediço do terreno clínico. Assim o fizestes nessa grande escola médica da Assistência Municipal, a que vos deu acesso brilhante concurso. Em 1930 vossos méritos vos subiram a Chefe do Serviço de Clínica Médica do Hospital de Pronto Socorro, onde deixastes a tradição de sábio exemplo, e de onde cinco anos depois vos buscaram para dirigir a Clínica Médica no Hospital Miguel Couto, aí onde agora realizais uma obra de Mestre, já concretizada numa verdadeira escola clínica. Circunstâncias pessoais me levaram recentemente a acompanhar de perto, por semanas, o serviço de clínica médica do Hospital Miguel Couto. Si por um lado admirei o mestre clínico, orientador seguro, a que nada falta do médico moderno, por outro me rejubilei apreciando a disciplina de progresso com que os seus auxiliares

e colaboradores, conformados no mesmo belo ideal, insignemente o secundam no trabalho científico.

Considero meu dever, na oportunidade que agora me abre a tribuna académica, associar-me em público aos sentimentos de patriótica admiração que em todos desperta a grande organização médica da Assistência Municipal, nos seus numerosos departamentos. Ela representa, em nosso meio médico — devemos reconhecê-lo e proclamá-lo — importante fator de progresso. Milita nessa organização um corpo médico ardoroso, devotado e competente, e nêle se destaca, como uma das suas grandes colunas, o nome de Lourenço Jorge.

Ao vosso longo, estrénuo e bem aproveitado exercício hospitalar, na Assistência, se devem, meu ilustre colega, os vossos trabalhos científicos, de que seria supérfluo trazer aqui a relação, bastando-me salientar as vossas lições compendiadas no volume da *Clínica Médica*, onde se encontram subsídios pessoais de valor para o estudo de temas modernos em medicina e de constante importância prática, como o enfarte do **miocárdio**, o edema pulmonar, a espleno-tromboflebite.

Sente-se nessas lições a doutrina selada pela experiência pessoal e o mestre da medicina clínica aí se revela o erudito que anda a par do movimento da boa literatura médica. Digo o erudito no sentido favorável da palavra, porque todos reconhecem que a erudição anda agora um tanto desmoralizada, depois que também se começou a mecanizar a inteligência com os "fichários". Com secretários, escriturários, armários e fichários, hoje um homem passa a erudito num abrir e fechar de olhos. Pois não há agências de erudição ? É só encomendar para os Estados Unidos tantos ou tantos dólares dessa **mercadoria**. A erudição, que representava, na disciplina do estudo, o prazer de achar pelas próprias mãos aquilo que se buscava, essa graça da pesquisa individual agora desapareceu. Estadeiam-se assim bibliografias de deixar a todos boquiabertos, ainda que o importador só conheça o título dos trabalhos. Mas a crítica honesta sem dificuldade discerne esse estéril citar apenas por citar e o citar de mão proba, em que se sente a lâmpada do estudo.

Depois que em toda parte se industrializou a produção científica nas revistas de **propaganda**, a literatura médica não guardou proporção entre o inumerável de escritos e o valor científico dos

mesmos. Bom e péssimo, tudo se mistura, e não existe crítica.

Por tudo isto, talvez não falte razão àquele médico — de que contaram os princípios ao ilustre recipiendário de hoje — e que proclamava o seu desamor dos livros numa fórmula pessoal, dizendo todo ancho : "Eu cá tenho a minha prática". Como querendo dizer que as leituras em medicina atrapalham as idéias. Afinal não deixaria de haver algum acerto nessa fórmula, si a tomássemos no sentido de que o grande livro é a prática médica. Mas não se entra na prática sem que se beba nos livros. Medicina é também ciência, mas que seja como a queria Francisco de Castro, com "lógica por dentro".

Esse exemplo do clínico de experiências largas, forrado do homem cientíssimo, temo-lo em Lourenço Jorge. E não é só isso. Seu espírito gentil se aprimorou também na cultura clássica e geral. Ele tem jardins secretos, onde se refugia para ler sob a copa do plátano.

Que direi por fim, na ocasião em que se incorpora ao nosso grémio um médico por todos os títulos tão ilustre, que direi da sua primorosa norma profissional, tão louvada dos seus colegas, tão apreciada pela multidão dos seus clientes ? Há

também neste médico, como em poucos, a grande ciência do coração, e a medicina em suas mãos é a bela medicina, aquela em que se sente, sob mil formas, uma influição superior, a bondade que reflete no homem a vocação divina.

Sê benvindo, Lourenço Jorge, tu que sabes e praticas a bela medicina .

HONORÁRIOS MÉDICOS ()*

Si o ato médico em si permanece imutável no passar dos tempos, quanto à finalidade a que se propõe, está contudo sujeito a diversa interpretação, no que diz às relações sociais e às consequências a ele obrigadas. Inclue-se neste particular, como das mais importantes, a questão dos honorários médicos.

As modificações ultimamente adotadas entre nós, com a nova lei do processo, quanto à cobrança de tais honorários, devem merecer a atenção da nossa classe, e por isso me determinei considerá-las no discurso desta sessão.

Na medicina clínica o médico leva sempre o coração ao trabalho; e com isto tudo se diz. A

(*) Academia Nacional de Medicina, 30 de junho de 1942.

honra da profissão está acima do interesse lucrativo. O médico digno de tal nome não pode pôr na esperança da paga e na ambição do ganho o fim do seu mister, senão mais alto, com a lição de Hippocrates, no amor dos homens.

Os tempos nunca permitiram que a assistência médica se exercesse em todos os casos a título gratuito, e está na sagrada palavra do *Êxodo* ser justo retribuir ao médico. Mas pela natureza mesma e relevância dessa assistência, o pagamento se enobrece sob a forma de honorários, abreviação do que os antigos diziam "*estipêndios honorários*", querendo assim distinguir entre paga como satisfação mercenária e compensação como prémio honorário.

O Padre António Vieira, no sermão do Evangelista S. Lucas, doutrinou a este propósito : "Se os médicos pelo uso da sua ciência não hão de levar dinheiro quem os há de sustentar ? Respondo que os enfermos, não por preço senão por tributo devido à rainha das ciências". Recordando recentemente na imprensa este trecho de Vieira, com inteira propriedade escreveu Pedro Calmon, reportando-se ao pregador : "Lançou o alvitre do tributo, sem especificar a forma, o ca-

rater, o método. Quiz com isto insinuar que o Estado lançando e redistribuindo o imposto, a bem da medicina, serviria de intermediário entre o doutor e o cliente ? Ou preconisava a cooperação ou solidariedade social que, nestes dias, é um ideal e uma esperança dos serviços de assistência aos necessitados, de socorro à pobreza, de melhoria das condições de higiene e saúde das massas ?"

Seja como fôr, o certo é que nem sempre médico e cliente se ajustam quanto à remuneração devida, findo o tratamento. Dir-se-ia caber ainda hoje, com verdade, o que há duzentos anos comentou em Portugal um grande médico, Braz Luiz de Abreu : "Porem que importa que os médicos possam receber, se há tão poucos enfermos que se resolvam a dar ? O médico há de receber e não há de pedir, o enfermo há de pagar e não há de prometer : porem no nosso século trocou-se a cena e o Médico pede e não recebe; o doente promete e não paga". Rodrigo de Castro, outro mestre da medicina lusitana no século XVII, conhecia no médico três caras : "cara de homem, conversando com os sãos, cara de Anjo, visitando os doentes, e cara do Diabo despedindo-se dos

convalescentes". No mesmo teor versejou, naqueles tempos, o poeta Enricus Cordus :

*Tres medicus fácies habet: unam quando rogatur,
"Angelicam" mox est cum juvat esse "deus"
Post ubi curaco poscit sua proemia morbo.
Horridus appetit terribilisque "satan".*

Passado o perigo quem se lembra do salvador ? A saúde que devera avivar a memória, ao contrário, finda a doença faz esquecer o médico. O beneficiado sempre julga demasia o pagamento devido.

De certo convalescente se narra que, tendo interrogado ao médico sobre o quanto do pagamento, ao receber a resposta, gemeu, abrindo a carteira : "Hum ! vejo que a doença foi mais grave do que eu supunha".

Em ponto de honorários médicos não raro o sério da questão vem a parar no cômico. O comum, em certa classe, é ratinhar, pedir o doente qualquer vantagem no liquidar das contas. De um, de nacionalidade síria segundo o conto, se diz que tendo solicitado redução de honorários, julgada incabível, se conformou em pagar o devido, mas instou o médico que ao menos lhe encostasse outra

vez o ouvido ao peito. Quando nada ganharia um suplemento de exame.

Do grande Mingazzini, o falecido professor de neurologia, de Roma, ouvi o que uma vez lhe sucedera, a propósito de honorários. Procurado em seu consultório por doente que julgava sofrer de afecção nervosa, Mingazzini após o exame verificou o infundado da suspeita, o que declarou ao paciente, calmindo-o. Como, entretanto, notasse distúrbio circulatório, o aconselhou que ouvisse um cardiologista, inculcando-lhe o Professor Ascoli. Eis que dias mais tarde lhe reaparece o doente, agradecido pela boa indicação que recebera, mas com questão por solver. Uma vez que o insigne neurólogo lhe não encontrara doença nervosa, pondo o seu caso na alçada de outro médico, não pareceria justo reembolsa-lo dos honorários da consulta ? O velho professor ouviu paciente a proposta, filosofou, sorriu do engenhoso alvitre e afinal com equidade romana, contrapropôs a devolução da metade do preço. O doente aceitou e saiu com a meia consulta no bolso.

Ninguém contestará que nos desacordos, quanto ao montante de honorários, sempre o médico acaba por de boa mente fazer concessões, ainda quando a avaliação dos seus serviços se

tenha regrado, como é preceito, levando em conta as posses do doente. Não se negue contudo que, em certos casos, em toda parte se encontrará médico com ânimo de gananciar. Tais casos são excepcionais. Por ordinário é do cliente, remisso e ingrato, que vem o dissídio. E também é certo que o mau pagador costuma mostrar-se, durante o tratamento, o mais exigente dos doentes. É justo, portanto, que a lei salvaguarde com amplas garantias os direitos do médico.

Nas modificações introduzidas no novo Código do Processo Civil se indica para a cobrança de honorários médicos, em vez da "ação sumária", de rápido andamento, a norma processual da "ação ordinária", ficando a possibilidade da "ação executiva" restrita aos casos em que se acham ajustadas as partes por contrato escrito, quanto aos serviços médicos.

Muito em boa hora acaba de trazer este assunto a debate, pela imprensa, o preclaro advogado do nosso fôro Dr. Benedito de Azevedo Barros, de cuja crítica, em face da lei e da jurisprudência, se deduz ter havido restrições nos direitos dos médicos, quanto à cobrança dos seus honorários.

Não se trata somente da norma processual, sujeita agora a espécie à via da ação ordinária, de

andamento mais demorado, mas ainda do modo de apreciação dos serviços médicos, uma vez que como assinala o Dr. Benedito de Barros, nos julgados dos nossos tribunais, entra a prevalecer a tese da estipulação de quantia invariável por visita médica, sem que se considerem os haveres do responsável.

Fácil se vê a relevância deste assunto para a classe médica.

Convém salientar desde logo que o Código do Processo ora em vigor se aplica a todo o país, desaparecendo com isto a possibilidade de soluções diversas para os casos idênticos, o que sucedia anteriormente, quando cada Estado e o Distrito Federal possuíam leis próprias. Assim, com relação ao ponto que consideramos se encontravam claras divergências, no processo. Ao passo que o Código do Estado do Rio de Janeiro indicava invariavelmente a ação sumária, o de Minas Gerais, concedia, com a mesma amplitude, a ação executiva, e o da Bahia, de todos o mais antigo, obrigava ao curso processual ordinário, norma também imposta no Código de Processo Civil do Estado de São Paulo.

Poder-se-á argumentar que a desvantagem da substituição da ação sumária pela ordinária é

apenas aparente, pois si o Código em vigor supriu, de modo geral, a ação sumária, reduzindo a variedade dos ritos processuais, procurou por outro lado acelerar o andamento de todos os feitos. A ação ordinária deveria ser tão rápida, ou até mais rápida do que a antiga ação sumária. Resta porém, demonstrar si na realidade prática as cousas assim se passam.

Examinando em especial o caso da ação executiva no cobrar dos honorários médicos, vê-se que tal forma de ação é somente concedida quando "comprovada inicialmente ou no curso da lide, a prestação do serviço contratado por escrito". Este dispositivo não difere do que anteriormente figurava no Código de Processo do Distrito Federal. Sempre a exigência de contrato por escrito, aos serviços prestados.

Considera-se mais vantajosa a ação executiva, por autorizar de inicio a penhora dos bens do devedor, em garantia da soma declarada pelo autor credor, independentemente da prova do crédito alegado; ao passo que na ação ordinária ou na sumária, só é concedida a penhora no fim do processo, depois da sentença condenatória, havendo ainda o recurso de apelação para instância superior, seja com efeito suspensivo da

execução imediata da sentença (ação ordinária), seja com efeito meramente devolutivo, permitindo-se aquela execução imediata (ação sumária). Também se acredita mais util a ação executiva porque, ao contrário da regra "*onus probandi ei qui dicet, non ci qui negat*", o dever da prova passa do Autor para o Réu. Tem-se por provado o pedido do autor, tocando ao devedor provar que não deve.

Mas será justo que a cobrança de honorários médicos por ação executiva somente possa caber quando exista contrato escrito para prestação dos serviços?

O nosso velho direito facultava aos médicos a ação executiva para o recebimento de seus honorários, previamente arbitrados os serviços alegados pelo profissional. Eis o que dispunha (devo esta e outras indicações ao notável jurisconsulto Levi Carneiro) o alvará de 25 de fevereiro de 1810: "Os boticários, médicos e cirurgiões, que substituem na sua falta a assistência de alguns enfermos, cobrarão as dívidas dos medicamentos e curativos executivamente perante o juiz, para se animar a sua prontidão em acudir às necessidades do público, e a subsistência de pessoas tão úteis e recomendáveis nos estabelecimentos políticos;

porem para o receituário dos boticários ser admitido em juízo, deverá ser assinado pelas partes, ou pelos professores que os receitaram, declarando o nome do enfermo ou dono da casa para onde foram os medicamentos; e os médicos e cirurgiões referidos, antes que requeiram o executivo, pedirão ao juiz de comissão a louvação do que merecem, segundo as circunstâncias, citada a parte, e serão arbitrados dois médicos, que terão cada um mil e duzentos réis, o juiz dois mil réis, e o escrivão o que manda o regimento dos corregedores. Com certidão desse termo de louvação se requererá o executivo, ainda que a parte tenha apelado ou agravado para o físico-mor do Reino do dito julgado; pois que estes atos em semelhantes casos são feitos para demorar a satisfação do que deve".

Nas garantias aí contidas se revê a secular tradição portuguesa, que outorgava aos médicos regalias e privilégios, livrando-os de muitos onus, "dos encargos e pensões de tutela", "dos tributos e encargos civis". Os doutores não podiam ser presos por dívida ou causa civil, nem executados nos "livros, vestidos, cavalos e semelhantes alfaias". Tão pouco estavam sujeitos "ao uso de tormentos em causas criminais, ainda em presença dos maiores indícios" Mais : "Se um doutor

houver de dar algum testemunho o devem ir perguntar à sua casa, como Pessoa ilustre e egrégia". Também pela graduação que o tornava ilustre podia um doutor "dignamente contrair matrimónio com uma condessa". No *Portugal Médico*, do já mencionado Braz Luís de Abreu, (estamos em 1726), encontra-se ainda : "Ha lei que manda que os Médicos nas causas sejam mais atendidos que os Advogados e em tudo mais favorecidos; pela diferença de que estes só tratam dos bens para passar a vida, que é menos necessário; e aqueles conservam a vida para gozar os bens, que é o mais preciso". Enfim : "Aos Professores da Medicina se concederam tantos e tais privilégios que foi necessário coarctar o número de alunos, pelo temor que havia de que a maior parte dos homens aprendessem essa ciência para apreenderem aquelas insenções".

Os tempos mudaram e já se não exalta o médico nas honras. Mas a ele cabe impôr-se na dignidade de seu ministério. Facultem-se-lhe ao menos as garantias para não ser espoliado no que lhe é devido pelo seu nobre labor.

Exigir contrato escrito para execução de serviços médicos é estabelecer condição notoriamente absurda. Não se venha com o voto de Hipocrates,

que tolerava, quando não houvesse premência do mal, a prévia combinação do estipêndio entre médico e cliente, sob o fundamento de que assim se dava a este a garantia de não ser abandonado no decurso da assistência médica.

Pedro Lessa, grande mestre do nosso Direito, criticando em 1896 os fundamento da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e o voto do Instituto dos Advogados do mesmo Estado, condenatórios do processo executivo por honorários médicos, escreveu, a propósito do contrato prévio entre o doente e o médico, para o tratamento : "Impossível em muitos casos, esta convenção seria contrária à moral e aos princípios fundamentais de direito, por falecer não raro a uma das partes contratantes o elemento essencial da liberdade. Como estipular o número e o preço de visitas médicas que só o curso da moléstia mais tarde poderá determinar ? Não seria absurdo exigir do médico que fixe o preço de visita, curativos, operações cirúrgicas, conferências cujo valor só se pode apreciar tendo em atenção a natureza da moléstia, a responsabilidade assumida pelo clínico, os esforços por este empregados?" Eis aí a resposta decisiva aos que julgam intolerável o executivo no caso de que cuidamos.

Tão douto parecer se concilia na lição antiga sobre o ponto, e si abrirmos de novo o autorizado *Portugal Médico*, lá encontraremos : "O verdadeiro médico ainda que depois das curas pode receber pagas como prêmio, antes de as concluir não pode nem deve pedir satisfação nem ajustar preços ao seu trabalho".

Com inteira razão repele Pedro Lessa o processo da ação ordinária para haver a paga dos honorários médicos. São suas textuais palavras : "Não há absurdo mais revoltante do que sujeitar ao processo ordinário quem não pode dispor dos meios ordinários de prova". E sobre esta, doutrina o grande jurista : "Como exigir do médico a prova de ter acudido a chamados em horas adiantadas da noite, em logares distantes e desertos e quando a moléstia era grave e urgente ? Como exigir essa prova, ou autorizá-la siquer, em casos que se prendem à moral, em hipóteses em que o segredo profissional imponha ao clínico perpétuo silêncio sobre os serviços prestados ? " Seria preciso, como lembra o Conselheiro Ribas, citado por Lessa seria preciso que o médico, "tivesse duas testemunhas maiores de toda exceção sempre prontas para acompanhá-lo e presenciar cada um dos seus serviços, muitos de natureza secreta ou urgente;

ou que se exigisse, de cada visita ou operação cirúrgica, recibo do doente ou de pessoa competente da família".

Si é pois de todo impossível a prova pelo médico, preliminarmente falível será o meio processual da ação ordinária, que exige tal prova. Só o executivo remediará a situação e só este devia ser o meio adequado no caso. Justificar-se-ia, pois, que a classe médica, na preservação de incontestável direito, pleiteasse, neste particular, a modificação do Código de Processo Civil vigente.

Resta examinar o ponto da estimação dos serviços médicos na cobrança judicial dos honorários, em face do atual Código, que ampliou a faculdade de apreciação de prova pelo juiz, instituindo o regime do seu "livre convencimento".

Como bem acentuou, no judicioso artigo a que já aludi, o advogado Dr. Benedito de Barros, o Código em vigor silenciou quanto aos pontos a que o perito deva atender no arbitrar dos honorários, como os haveres do responsável e a reputação do profissional médico. É de justiça que tal apreciação se faça livremente pelo profissional. Só ele pode esmar verdadeiramente os seus serviços, sendo inadmissíveis taxas fixas e obrigatórias, como si a recompensa por assistência médica

equivalesse a salário. O arbitramento posterior, na perícia, corregiria o cálculo porventura inaceitável e os casos de lucro abusivo.

O Código do Processo do Estado do Rio de Janeiro, expressamente estipulava : "Os仲裁adores, em seu laudo, deverão regular-se, não só pelo número de visitas, mas também pela natureza da enfermidade, mais ou menos difícil de curar-se, pelo trabalho que houve, pela distância da residência do enfermo, pelo tempo da cura ou pelo incômodo da estação em que se deu a assistência, pelos estilos e usos do lugar e segundo os haveres do enfermo".

Ao contrário, o Código do Distrito Federal não consignava regra alguma, nesse ou outro sentido, na matéria, ficando assim os peritos, como atualmente, com a capacidade de computar e atender livremente às condições do caso, bem como o Juiz, que se não achará adstrito ao laudo dos peritos.

No ponto de vista doutrinário pergunta-se : devem ser, ou não, atendidas na fixação da recompensa pelos serviços médicos as circunstâncias referidas quanto à situação económica do doente e a reputação profissional do médico ? Ninguém responderá pela negativa.

Na sua obra dos *Honorários Médicos*, tornada clássica entre nós, opinou Alcântara Machado: "É a equidade, é pura e simplesmente a equidade que manda se commensurem os honorários de acordo com a possibilidade do enfermo". Ele insistia, entretanto, na moderação com que se devia aplicar esse critério: "É uma disposição de favor para os pobres, e não uma lei de exceção contra os opulentos. Paguem estes o justo preço do trabalho; paguem aqueles um preço módico, uma quantia modesta, um honorário equitativo. Esse, e não outro, é o pensamento do legislador e dos mestres. Diz com razão um julgado belga: "O cliente deve ao médico a remuneração do serviço que recebeu, e não uma taxa sobre a sua fortuna".

É de significação recordar que no Código de Ética Profissional dos advogados, aprovado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados, se estatue que os proventos profissionais devem ser fixados com moderação, atendendo-se, entre outros elementos, à "condição económica do cliente" e à "competência e ao renome profissional do advogado".

Si não é indispensável que a consideração do estado económico do doente seja determinada em

lei para que os peritos e o Juiz a observem, porque a equidade o indica, todavia a designação taxativa daquele critério impediria a possibilidade de decisões, em que o valor do trabalho médico acaaso não fosse convenientemente reconhecido.

Casos excepcionais de avaliação injustificavelmente elevada de serviços médicos, casos esses susceptíveis de correção por arbitramento posterior, não justificariam a tendência para uma estimacão geralmente baixa no cálculo da remuneração por assistência médica, sempre tão relevante.

Medicina traz riqueza? E ainda pode valer o acerbo comentário de Plínio quanto aos fabulosos honorários dos médicos romanos? Ponha-se de parte o caso dos opulentos charlatães, para os quais a medicina é somente cartaz.

Si há médicos que embolsam fartos provenientes no exercício clínico, é porque atingiram por méritos alta nomeada e se desvelam em constante e estrénuo trabalho. Outros, mais numerosos, com iguais títulos de competência, sem iguais provenientes, passam a vida na dura prática da profissão, assim duas vezes benemeritos. Para trabalho que chega a sacrifício, pouca recompensa material. É que, conforme o velho texto médico

português, hoje aqui recordado como cheio de lições, "na aritmética medicinal multiplicam-se as vistas, mas nunca se acrescentam as pagas: poucas vezes os médicos cuidam em somar, porque nunca os doentes chegam a repartir. Trabalhar todos os dias: levantar-se a qualquer hora de noite; subir e descer escadas; ouvir queixas; sofrer impertinências; examinar cloacas; receitar remédios e revolver livros... Receber pagas, recolher avenças e embolsar estipêndios, isso não".

Ninguém vê aquilo que cada dia dá o médico secretamente, de mãos rotas, nas assistências da sua profissão, atendendo com igual despreendimento a ricos e necessitados. Nesse dar de mãos abertas ninguém excede o médico brasileiro, e em parte alguma como entre nós, são tão raras as lides judiciais por serviços médicos. Não se veja apelo à generosidade do rico, si, como é tão frequente em nosso meio, a nota de honorários médicos deixa ao critério do cliente a estimação da recompensa. Assim se faz ao abastado o que ao pobre; si acontecer que aquele retribua com largueza, será como si estivesse também retribuindo por este, que não tem meios de o fazer.

Muitas vezes se ignoram, no tempo da saúde, os deveres para com o médico, aqueles deveres

que em "carta para filhos, netos e amigos" tão justamente apontou, na sua *Luz da Medicina*, publicada em 1753, o grande doutor daquela época, em Portugal, Francisco Morato Roma. Vale a pena conhecer na íntegra o ensino da carta : "Filhos, netos e amigos, nos vossos achaques fazei eleição de Médico duto, Christão, de bôa vida e costumes, fora de tratos e que só se ocupe no exercício de curar os enfermos. Guardae-lhe todo o respeito, satisfaçei-lhe o seu trabalho honestamente, visitae-o nos seus achaques pessoalmente, e nas festas com os mimos das vossas frutas; com isto o achareis sempre prestes nas vossas enfermidades, nas de vossos filhos e familiares. Tomai conselho com muitos e não vos cureis mais que com um só".

Não passou de todo, ainda bem, o belo costume de oferecer presentes aos médicos, e aquele mimo de frutas ainda hoje nos agrada. Não valem mais do que essa dádiva singela o ouro de canetas e de estojos de termómetros, ou o bronze de bustos de Hippocrates e de Pasteur, com que muitas vezes se expressa a gratidão aos médicos.

Mas com presentes ou sem presentes, a medicina é sedutora, é sempre um palpitar do cora-

ção para o bem, e a ela só pode chegar quem sentir em si o esplendor do altruísmo, que implica caridade, sofrimento, sacrifício e renúncia. Tudo isso tem de temperar bem temperada a alma do médico, para que empregue pela vida afora o melhor de seu cuidado em benefício dos outros. Não está tudo acabado entre o doente e o médico, quando este recebe daquele os honorários dos seus serviços. Uma parte daquilo que em todos os casos vem da alma do médico ao doente, no tratamento, é insusceptível de retribuição material. Amor só com amor se paga, e que é, senão beleza de amor, esse desvelo médico, que secunda, e em certos casos tão decisivamente, a ação terapêutica dos medicamentos ?

Saibam os médicos de hoje, nestes tempos de frio materialismo fugir ao afan do lucro e regrarse na profissão com alma generosa. Em duas linhas, o luminoso Morato Roma, citado há pouco, deixou no seu livro, como em lápide, o admirável preceito que o guiou e premiou na vida clínica : "Eu de mim confesso que passa de quarenta anos que exercito Medicina, curando Príncipes, Reis e Monarcas, não faltando aos populares, pobres e ricos : a nenhum pedi, a muitos dei, a alguns não aceitei; e com isto vivi sóbria e abastadamente".

Ponhamos sempre acima do mais a caridade médica, o que seria como dizer a mais alta caridade, si esta admitisse graus e em tudo e sempre não fosse uma e a mesma — sopro de Deus no coração do homem.

NA ACADEMIA NACIONAL
DE MEDICINA (*)

Antes de dar posse à nova Diretoria, que hoje inicia o seu mandato, tenho por doce dever significar de forma especial a todos os académicos, de cuja amizade tanto me honro, os meus agradecimentos pela colaboração com que me assistiram nos encargos da presidência e a benevolência que sempre usaram comigo.

Como lembrança da minha passagem por este posto, peço vénia para oferecer à Academia o bronze que hoje orna esta mesa — *David, le vainqueur*, obra do estatuário francês E. Mario-ton. Separo-me de um objeto caro ao meu coração, por ter pertencido a meu amado Pai. Mas si o escolho para esta oferta à Academia, de que também fez parte, no seu tempo, Francisco de Castro, é porque este bronze encerra a recordação de episódio ligado à vida médica brasileira.

(*) Academia Nacional de Medicina, 12 de julho, 1945.

Nomeado pelo Presidente Campos Sales, Francisco de Castro assumiu a direção da Faculdade em 26 de abril de 1901. Nesse cargo apenas se conservou por quatro meses, exonerando-se a 26 de agosto daquele mesmo ano, juntamente com Epitácio Pessoa, então Ministro da Justiça.

O Código do Ensino promulgado pelo Ministro, com a colaboração do Diretor da Faculdade, instituia o regime da frequência obrigatória dos alunos. Estes se insurgiram contra a medida e no momento pôde parecer que retiravam sua simpatia ao mais querido dos seus mestres, àquele a quem cognominavam "Divino Mestre". Mas a mocidade nunca renega os seus ídolos. Poucos dias após o seu afastamento da direção da Faculdade, essa mesma mocidade escolar, que discordara do Diretor, tributava a Francisco de Castro, na sua festa natalícia, a 17 de setembro, a mais estrondosa manifestação de estima que jamais se registrou nos fastos da nossa vida universitária. E aos que assistimos a esse ato (vejo a meu lado Austregésilo, discípulo caríssimo de meu Pai), parece-nos ainda ouvir a voz do orador dos estudantes, o admirável Arnaldo Quintela, que depois se alçou tão alto em nossa profissão.

Foi das mãos dos estudantes daquele tempo que Francisco de Castro recebeu em dâdiva o bronze que agora passa à Academia, com agracimento e em memória dele.

Si a todo tempo pode viver a palavra de um mestre, quando realmente o foi, seja-me concedido terminar repetindo o que disse Francisco de Castro, nessa ocasião, pregando a confraternidade das gerações sucessivas, a aliança dos mestres e discípulos, onde reside a verdadeira continuidade intelectual da pátria : "Para manter essa aliança frutificativa, essa confraternidade benfeizera, essa ligação invencível, não há concurso mais precioso que o vosso : empenhai nele as forças da vossa juventude batalhadora; desenvolvei nessa tarefa benemérita as prendas imortais de vosso espírito, o ardor no estudo, a tenacidade na ciência, a fé no trabalho, a esperança no bem, a confiança na vida".

Senhores, entendo que era meu estrito dever, embora circunstâncias de caráter pessoal, por motivo de luto, me tivessem afastado ultimamente do convívio da Academia, estar hoje presente, para dar pessoalmente posse ao meu digno substituto, o Professor Austregésilo. Não o faço sem um sentimento de satisfação, um sentimento que me

permite agora expressar, uma vez mais, publicamente, o alto apreço que todos tributamos ao sábio que honra a cultura brasileira, ao professor a quem esta Academia ainda há pouco rendeu homenagem excepcional, comemorando os anos frutíferos de seu admirável magistério médico.

Assim, não preciso fazer o elogio deste novo presidente, que volta ao posto que já ocupou, quando substituiu nesta cadeira a Miguel Couto, prestando à Academia, por largo período de tempo, os mais altos serviços, não esquecidos e agora relembrados. E com este sentimento, que representa o pensamento unânime da Academia, felicito ao Dr. Antônio Austregésilo pela sua eleição, convidando-o a assumir esta presidência.

GREGORIO ARAOZ ALFARO ()*

UM GRANDE AMIGO DO BRASIL

Na história das relações culturais argentino-brasileiras o nome de Gregorio Araoz Alfaro se destaca como o de um dos grandes amigos do Brasil. E' conhecido, a datar do começo deste século, o constante esforço da classe médica dos dois países no serviço da solidariedade continental e da crescente aproximação espiritual dos povos sul-americanos. Nunca será esquecida a ação que nesse sentido desenvolveu a brilhante missão dos médicos argentinos, que sob a presidência de Eliseu Canton visitou, em 1917, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e da qual participavam Araoz Alfaro, David Speroni, José Arce, Juan Gabastou, Juan Patrone e Alfredo Speroni. Essa delegação de professores ilustres se

(*) No Instituto Brasileiro-Argentino de Cultura, 1946.

fazia acompanhar de numerosos estudantes de Buenos Aires e de Cordoba, entre outros Anibal Oláran Chans, Otto Jurgens, Jaime Damianovich, Agustin Alvarez, Mariano Guerreiro, e que hoje se distinguem entre os nomes eminentes da classe médica argentina. Desde aquela época nunca deixou Araoz Alfaro de manifestar, em sua pátria e fora dela, a sua fiel amizade ao Brasil, e as causas e os homens brasileiros sempre apareceram sob o prisma da admiração e do afeto no fervor eloquente da sua palavra.

Tocou-lhe assim com justiça, em sucessão a outro grande amigo do Brasil, Rodolfo Rivarola, a presidência do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, a que César Viale deu igualmente por vários anos o seu prestigioso esforço.

Esses laços que unem Gregorio Araoz Alfaro ao Brasil, reconhecidos pela nossa Universidade ao investi-lo, há anos, como o primeiro dos seus professores honorários (a Academia Nacional de Medicina já o elegera seu membro de honra), recomendam à nossa especial gratidão o sábio professor argentino, cujos excepcionais méritos de homem de ciência sempre despertaram a admiração dos seus colegas brasileiros, que nele

aplaudem o grande expoente da medicina argentina.

Toda a obra médica e social de Araoz Alfaro reflete uma nobre vida de estudo, disciplina e trabalho, um longo apostolado exercido com amor.

Ricardo Rojas, glória da América, saudando Araoz Alfaro recordou certa vez a bela alegoria a que chamou "o apólogo da colheita afortunada". Junto às videiras jocundas as gentes do logar celebravam em festa a vindima, entre cantares e danças. Mas em meio aos que assim exaltavam a vida generosa, havia um que meditava em silêncio e que perguntado acerca dessa atitude sereno respondeu : "Mientras vosotros celebrais los pámpanos verdes y los dorados racimos que ponen su grinalda en la cepa frutal, yo medito en el tronco atormentado y en las raíces obscuras que hicieron posible esta hora de alegría". E então, conclue Ricardo Rojas, tal como nesse apólogo acontece com certos homens sábios, para os quais chega, num dia de ação de graças, a ocasião do agradecimento, e se comemora o triunfo recordando as lides afanosas que o preparam.

Isso faz lembrado o que de uma feita, na sua oração "*A formação de um povo forte*", trouxe

Araoz Alfaro, citando Alberdi, quando este referia que a America do Sul funda o seu orgulho e a sua esperança na fertilidade do seu solo, nas suas riquezas naturais, na bondade dos seus climas. Um grande erro, ensinava Alberdi : "o solo pobre é que faz o homem forte, porque essa pobreza o obriga a ser filho dos seus esforços e das suas obras". E daí Araoz Alfaro : "A riqueza não está no solo, senão no homem que o trabalha".

Assim em tudo, na vida, os verdadeiros prémios são os que se alcançam na dureza do trabalho, com as renúncias e sacrifícios que ele impõe.

Uma nobre vida de trabalho, assim vivida desde a juventude, levou Araoz Alfaro ao justo prestígio que desfruta em sua pátria e além-fronteiras.

Não caberia analisar nos limites desta alocução a ingente obra científica desse Mestre, que por vinte e cinco anos doutrinou na cátedra de Semiólogia e Clínica Propedéutica da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, cátedra por êle fundada e em cujo grande ensino se educaram tantos ilustres médicos argentinos.

Dedicado desde jovem à pediatria, Araoz Alfaro alcançou em concurso o logar de chefe do serviço dessa especialidade no Hospital San Ro-

que, serviço que veio a ser, sob a sua direção um dos centros mais prestigiosos da pediatria argentina.

Em 1905, com Luis Morquio, principe da medicina uruguaia, e o nosso venerado Olinto de Oliveira, fundou Araoz Alfaro os *Arquivos Latino-Americanos de Pediatria*, a primeira revista dessa especialidade na América do Sul.

Por seus numerosos e valiosos trabalhos clínicos acerca da invaginação intestinal na criança, da meningite cérebro-espinhal, da tuberculose infantil, da poliomielite aguda, e tantos outros, apreciados nos centros médicos da Europa, foi chamado Araoz Alfaro à Academia de Medicina de Paris, como membro correspondente, e a colaborar em grandes Tratados europeus de medicina infantil, devendo-se a êle o capítulo sobre neoplasmas do pulmão e da pleura, no *Tratado de Grancher e Comby*.

Si, consagrado na arte clínica, Araoz Alfaro cedo atingiu ao maior prestígio profissional, não é menor a sua glória no terreno da medicina social, que êle desde muito apontou como a medicina do futuro. São suas palavras, em nossa Academia de Medicina : "A função preventiva e profilática, erigida em objeto primordial da medicina pública,

dominando nesse sentido a simples ação de assistência, marca, a meu juizo, a orientação atual e futura da ciência e da arte médicas". E ainda : "É a glória mais pura da nossa carreira a tendência à ação social da medicina moderna, tendência que pessoalmente tratei de favorecer em meu país, com os mais decididos esforços". Assim doutrinava Araoz Alfaro há trinta anos e a evolução da medicina, de então para cá, não fez senão firmar e confirmar aquele conceito.

Na obra social de Araoz Alfaro se destaca especialmente a sua ação na luta contra a tuberculose na República Argentina, luta a que trouxe o concurso incessante da sua palavra de conferencista e o benefício de inúmeras realizações práticas.

Todos os problemas de higiene pública e organização sanitária, todos os aspectos da política demográfica, os problemas da maternidade e da infância, a "proteção integral da infância", tudo isso foi objeto de numerosas publicações de Araoz Alfaro e da sua brilhante ação administrativa, nas três vezes em que, em períodos diversos, ocupou na República Argentina a presidência do Departamento Nacional de Higiene; tudo isso o elegeu à

Comissão de Higiene da Sociedade das Nações, da qual foi por vários anos autorizado membro.

Com os méritos do clínico e do higienista competem, em Araoz Alfaro, os do escritor, nos seus ensaios sobre filosofia médica e sobre problemas de educação. Sua pena vigorosa e elegante fixou nas páginas das "*Cronicas y Estampas del pasado*" e nas "*Semblanzas y Apologias de Grandes médicos*" o quadro da vida médica argentina neste século e o perfil de grandes sábios franceses, tudo evocado com conhecimento.

Espírito pacifista, sempre exaltou na solução dos problemas do seu país as "preeminências pacíficas do trabalho e da cultura", duvidando dos progressos aparentes de povos que desprezam a potência económica e dão o primado ao poder das armas homicidas.

Lutador da paz, recordou certa vez Araoz Alfaro, em discurso pronunciado no Brasil, um episódio histórico que honra aos sentimentos pacíficos dos povos sul-americanos e realça nesse sentido a tradição brasileira. Era em 1882, quando a questão das nossas fronteiras com a Argentina se agravou. Nicoláo Avellaneda se propôs vir ao Brasil e, sem missão diplomática, trabalhar pela solução amistosa das dificuldades existentes.

Vindo, apezar da exaltação patriótica dos ânimos, no Brasil e na Argentina, foi aqui recebido com distinção, aqui viveu dois meses como hóspede benvindo, frequentando a Corte e os salões sociais, os círculos científicos e literários, propugnando a causa da paz.

Ao partir, foi Avellaneda recebido em audiência pelo Imperador. Eis como narra Araoz Alfaro, com a informação de testemunha autêntica, o que passou nessa conferência:

"Después de breve y afectuosa conversacion, Don Pedro preguntóle qué pensava del porvenir de la Republica. Avellaneda contesto : "el porvenir de mi pais, como el del Brasil y el de America toda, se nos aparece en la actualidad como un misterio. Con imensos territorios despoblados, con sistemas de gobierno que tardan en afianzarse en la conciencia nacional, no sabemos si la centralizacion o la descentralizacion sea el termino final en los gobiernos. Hoy el Brasil es un imperio; manana puede ser una republica; mi pais tiene sistema federal y puede volverse unitário. La union de las razas guarda aun el gran secreto. Pero lo que sabemos y palpamos es la necesidad de la paz, mas no la paz armada del viejo mundo, que consume estérilmente la savia nacional. En

la mano del Brasil y la Argentina está implantaria en el derecho americano. La cuestión Misiones es la prueba peligrosa de la discrecion de las dos naciones : un paso en falso y queda perdido el afan de medio siglo por la causa de la civilizacion".

Vuestro grande Imperador, profundamente commovido, repitió : "el porvenir de America es un misterio. . ." Y agrego : "Hay que decifrado en la concordia y la paz. Lleve Usted a su pais esta promesa mia : mientras viva no consentiré en la guerra; necessitamos salvar medio continente y lo salvaremos".

Poco tiempo después dimos al mundo el ejemplo inolvidable llevando ante el arbitro nuestro secular litigio. Don Pedro cayó, Avellaneda murió. Pero los que los substituyeron y siguieron continuaron y continuam animados de los mismos altos y nobles propositos. Y hoy podemos decir: el porvenir de America nos es ya un misterio, ni mucho menos el porvenir del Brasil y de la Argentina. Su futuro es grande, es imenso, es seguro. Se funda en la paz, en la fraternidad, en el amor. Asi lo quieren pueblos y gobiernos".

Belas palavras para serem hoje repetidas, quando o Brasil hospeda o Presidente da Acad-

mia de Medicina de Buenos Aires e também do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura, o ilustre Gregorio Araoz Alfaro, que pode ser apontado como um dos símbolos da grandeza de sua pátria.

Para dar-lhe as boas-vindas em nome da classe médica brasileira não é sem comoção que vou buscar a voz amada de meu mestre Miguel Couto. Assim disse êle, definindo Araoz Alfaro:

"Honra da medicina, que serve com a superioridade de um filósofo, a profundez de um sábio e a devoção de um crente. Alma incorruptível, coração imaculado; aço por dentro e marfim por fora, *teres atque rotundus* do apuliano. Glória da sua Pátria, de nossa América e da Humanidade".

AFRANIO PEIXOTO (*)

Ausente desta cidade na ocasião do falecimento de Afrânio Peixoto, muito a meu pesar não pude participar na homenagem aqui prestada à memória do grande acadêmico. Mas não chego tarde para lhe trazer hoje o meu sincero preito, as lágrimas que me são agora a melhor linguagem, recordando com ânimo grato que a ele, à generosidade da sua instância, devo a minha apresentação à cadeira que aqui ocupo e, ainda mais, que por ele tive a honra de ser recebido nesta casa. Vou assim buscar, para melhor encontrá-lo, como o encontrei nos começos da nossa tão estreita amizade, as recordações de trinta anos passados, a que pela saudade me reverto.

Agora ali o vejo na velha Faculdade de Medicina, onde em 1916 me tocou investi-lo na cadeira de higiene. Ele me precedera de alguns anos

(*) Academia Brasileira, 23 de janeiro, 1947.

como professor naquela escola, substituto da seção de higiene e medicina legal. Mas as circunstâncias me colocaram, quando ainda bem moço, na direção da Faculdade, e me deram a ventura de presidir à bela sessão em que, sucedendo ao professor Rocha Faria, Afranio Peixoto vestiu a beca com arminho e se empossou catedrático. Comovem-me o recordar do que lhe disse nesse dia, pondo-lhe diante dos olhos a doce imagem do que lhe fôra o primeiro mestre, na Baía, o glorioso Nina Rodrigues.

Da Bahia viera, com o fantasioso Afranio da "Rosa Mística", que lhe marcara a manhã da mocidade, o outro Afranio, homem de ciência.

Chegara quando Osvaldo Cruz aqui organizava a campanha da febre amarela. O Ministro Seabra, cujo nome nesta casa se repete com sempre viva gratidão, por seu belo alvedrio nomeara Afranio Peixoto, Secretário Geral da Diretoria de Saúde Pública. Mas Osvaldo Cruz, diretor da repartição, não conhecendo Afranio Peixoto, entrou com embargos, avocando a escolha do seu secretário, que havia de ser da sua confiança. Desfez-se a nomeação, sem que por isso se criasse desavença entre os dois médicos. Osvaldo Cruz veio mais tarde a conhecer intimamente e a admirar

com fervor Afranio Peixoto, que acabou patrocinando-lhe a entrada nesta Academia e aqui lhe fazendo um belo discurso de recepção. O espírito os juntou, conseguindo o que não conseguira a burocacia.

Não tendo iniciado carreira na Saúde Pública, foi Afranio Peixoto nomeado médico do Hospital Nacional de Alienados. Ganhou com a troca; porque ali não tardou em demonstrar-se alienista de mérito (trouxera da Baía a tese de doutoramento *Epilepsia e Crime*), e logo se fez o braço direito de Juliano Moreira, na grande reforma que introduziu no Brasil os modernos métodos psiquiátricos. Estava assim vitorioso desde logo o baiano Afranio Peixoto, de quem seus amigos graciosamente diziam naquele tempo que tomara de assalto o Rio de Janeiro.

Do Hospício para a Faculdade de Medicina foi só um passo, um concurso que impôs definitivamente à admiração de todos o professor Afranio Peixoto. O que representou, naquela nobre Faculdade a grandeza do seu ensino, no dilatado exercício em que o regeu, será dito com mais vagar noutro dia. Mas aqui hoje não se calará o testemunho de quem lhe foi por um trintêniu seu inseparável companheiro na Congregação, e ali

o viu, em meio dos maiores mestres da nossa medicina, brilhar entre os primeiros.

Diretor daquela Faculdade durante dez anos consecutivos, tive por boa fortuna a colaboração de Afranio Peixoto, como membro do Conselho Privado que, no regime de autonomia universitária, nesse tempo em vigor com tão bons frutos, assessorava o diretor nos encargos administrativos. Não tive naquelas funções conselheiro mais assíduo, mais avisado nem mais leal; e si por tanto tempo pude servir sem deslustre naquele difícil cargo, quero dizer que em muito o devi à ajuda de Afranio Peixoto.

O que se dera entre nós no domínio da psiquiatria veio a dar-se depois no da medicina legal, com a nova orientação científica introduzida por Afranio Peixoto, ao tomar a direção do Instituto Médico Legal. Dessa disciplina foi depois tradista experiente e mestre da Faculdade de Direito.

Si assinalo esses fatos, ainda que de passada, é para pôr em relevo a figura de Afranio Peixoto como perfeito homem de ciência, arguto na investigação, na técnica e na crítica. Soube amar a ciência e servi-la na dura disciplina que ela impõe. Tendo cursado em Paris o Instituto Pasteur, sem-

pre se referia ao que ali ganhou na força do método, como causa fundamental na sua formação científica.

Na admirável concordância das suas aptidões com os seus ideais, serviu assim Afranio Peixoto, com alto espírito, às letras e à ciência, que nele adjuntas se davam as mãos. Mas pelas alturas a que o levaram as letras, a cujo culto exclusivo de todo se dera nos últimos anos, pareceria passar a segundo plano o ciente. Não se poderia aceitar esse injusto parecer, e si houvesse no Brasil crítica científica, no Brasil onde a verdadeira ciência ainda é para poucos, a personalidade científica de Afranio Peixoto já teria sido analisada a fundo e com o devido louvor.

Convenho em que nada se pode separar do conjunto na vastíssima obra deste sábio humanista, magníficiente em tudo, múltiplo pelo número dos talentos, uno pela força da personalidade.

Entre tantas qualidades superiores seria difícil decidir a qual delas o primado. No romance, na novela, nos ensaios sociológicos, críticos e históricos, em especial de história literária, causas antigas de civilizações longevas, causas modernas e fatos do dia, em tudo isso estava o mesmo Afranio Peixoto, o mesmo espírito de fantasia, de curiô-

sidade, de sabedoria. Capaz de olhar para as cousas grandes e pequenas, em tudo estava a avidez do conhecer; tudo o interessava, tudo o atraía, sapientíssimo em tudo, servido pelo admirável instrumento de uma memória sem igual, e sempre a ensinar, na cátedra das Faculdades, na tribuna das Academias e das associações, na conversa dos salões e das bibliotecas, e ainda nos passeios, quando andava a flaino com os amigos nas ruas do Rio ou nas alamedas de Petrópolis. Ninguém menos discursador, enfático ou dogmatista. Disserto, com o gosto natural de falar e expor, discurría copioso sobre os mais variados assuntos, do grave ao frívolo, desmentindo em cada momento o “*tout est dit*” de la Bruyère e encontrando meios de dizer cousas novas. Era um tesouro de sabedoria que Àfranio Peixoto, com invariável simplicidade, parecendo brincar, como era seu modo, e com a amena graça que tempera as cousas, libera-líssimo distribuía por toda parte e a toda hora. Era fonte de que todos bebiam. Com os olhos vivos, em leve ressalto nas órbitas, o sorriso discreto, a voz persuasiva, prendendo com alacridade as mãos do coloctor, Àfranio Peixoto o punha em admiração pela assombrosa variedade dos seus estudos. O espírito educado pela ciência, nunca perfunc-

tório, indo sempre ao âmago das cousas, em todas as questões ele exauria o ponto, dando o cem-dobro do que lhe era pedido. Uma a uma as examinava, a uma por uma lhes desatava o nó às dificuldades, a uma e uma lhes solvia as dúvidas, não dando nunca a resposta que não responde, a resposta evasiva, mas a que aclara e torna perspicuo o que se deseja conhecer. Cousas árduas e sutís, nada lhe escapava, e afervorando o gosto do consulente dava-lhe o que este queria e como queria, em grande ou partido em pequeninos.

Àfranio Peixoto tinha o pudor da sua superioridade, e sempre a procurava disfarçar, não se dando a ver por inteiro. Sentindo que despertava admiração, trapaceava com o admirador e como fugia com o corpo para que o não medissem. Procurava linguagem simples quando tinha que falar com sabedoria. E então, como bem observou o ilustre Mário de Lima Barbosa, não se fixava no ponto erudito que se iria resolver com sua cultura, antes abria, a sorrir, um parêntesis chistoso, para distrair o ouvinte, até tornar com inteira naturalidade ao assunto principal, dando, fosse o que fosse, a definição perfeita, a explicação exacta, o ensinamento completo.

Para subir à eminência de saber a que subiu, Afranio Peixoto atravessou a existência na constância do estudo, entre fainas e pesquisas a que nunca refugiu, repartindo-se em muitas cousas, a pena sempre na mão.

De tanta experiência e sabedoria se beneficiou o Brasil. Nos altos e numerosos cargos públicos e missões que Afranio Peixoto exerceu nos domínios da educação nacional, na sua atuação no Parlamento, onde teve palavra de mestre nas questões de ensino e saúde pública, em tudo deixou rasgos inconfundíveis e iniciativas patrióticas.

Pela vastidão e variedade do conhecimento e pelo âmbito da sua experiência, Afranio Peixoto era **incontraditavelmente** a mais ilustre figura do meio intelectual brasileiro nos dias atuais. Creio não haver excesso em reconhecer que, no campo da inteligência e da cultura, era figura superior ao seu **meio**.

Vem de Horácio, na Epístola a Augusto, que só a morte desarma a inveja, e só por ela se torna enfim amado quem pelo fulgor dos méritos sobrepuja os mais. Assim não foi, entretanto, com Afranio Peixoto, a quem todos em vida cantaram louvores, não lhe sendo preciso esperar pela morte para receber consagração geral, cingido de louros

na pátria e ainda além-fronteiras. Si no longo caminho alguma vez se embateu em lutas e si acaso, por injusto julgamento em circunstâncias ocasionais, conheceu adversários, soube honrá-los, merecendo-lhes por isso o respeito. Mas nunca a ninguém se dobrou, intemeroso nas atitudes, desassombrado nas convicções, infrangível na regra moral da sua vida. Esta, a sua vida, foi a mais bela das suas obras, a que ele, sempre despegado de interesses mudanos, escreveu com o pensamento generoso, que engrandece e santifica o homem nos dias da peregrinação terrena. A todos deu exemplo no seu limpo modo de viver: decoro, dignidade e retidão. Forte na simplicidade, sabia guardar na casa faustosa e nos luxos do mundo o ânimo franciscano. Fez da casa como templo. Aos que fomos seus amigos é hoje dever, recordando-a, daqui expressar àquela que lhe foi dileta esposa o mais afetuoso respeito.

Reconhecia-se em Afranio Peixoto, como em poucos, aquela "natureza firme e constante," sem a qual, segundo Plutarco, não pode haver amizade. Ele soube embelezar a arte de ser amigo.

Certo dia, há cerca de um ano, em conversa íntima, pela primeira vez lhe ouvi palavra de desalento. Não me deu as razões, apenas me disse

que em sua prece **noturna** cada dia rogava ao Senhor o não deixasse amanhecer. Era como si lembrasse os versos de Hugo, os belos alexandrinos tão gabados por Gide :

*"O Seigneur! ouvrez-moi les portes de la nuit
Afin de que je m'en aille et que je disparaisse."*

Na alternativa dos tempos, chegara enfim para Afranio Peixoto a hora inelutável, a provação na dor. Ei-lo então ainda maior. Estava em aflição, na calamidade da doença. Era mal sem remédio, e já a morte, com as primeiras sombras, lhe rondava o leito, com hiato ameaçador, para aos poucos prear a sua presa. Abismado em dores, mas com firmeza no sofrimento, o agora lasso caminhante não se atemorizou e guardou na plenitude o prodígio da sua inteligência, até que no extremo passo, entrado das visões de Deus e por Ele abençoado, conforme tão comovidamente no-lo narrou, para nossa edificação, o nosso amado confrade Sr. Amoroso Lima, serenamente conheceu a transfiguração grandiosa, a verdadeira luz.

Ninguém como o Psalmista pintou a nossa fragilidade. "Uma flor que se murcha, uma folha que cai, um barro que se quebra". Mas lágrimas não pede, nem lamentações, a morte, já que lhe

segue a imortalidade — assim o disse o poeta latino, trazido por Cicero na *Apologia da Velhice*.

Aqui nesta casa, que por tanto tempo conheceu os estos da tua inteligência e do teu coração, aqui reviverás cada dia, ó doce Afranio Peixoto! A estrela que te guiou triunfal na vida, da órbita misteriosa em que revoluteia no alto ei-la agora a fulgir sobre nós com renovado clarão — luz de amor e de saudade, que a ti nos unirá para sempre.

*FRANCISCO DE PAULA
RODRIGUES ALVES (*)*

Recompor o passado, trazendo-o até nós com a sua lição, que mais belo dever da vida ?

Num formoso verso da Ode aos Romanos pergunta Horácio que há neste mundo que se não debilite, corrompa e aniquile no tempo demolidor, que tudo leva :

Damnosa quid non imminuit dies ?

Não brilha sempre a luz, que como sol brilhou. Cai a sombra. Mas a noite não é morte, outro dia se levanta e noutra luz se renova a mesma vida. Das gerações que se sucedem na cadeia do tempo, é da luz do passado que lhes advém força nova. **Calaram-se** as testemunhas, desaparecidas, mas por elas fala a lembrança que ficou. Do que se diria já em tudo perdido e acabado uma força

— — — — (*) Na Academia Brasileira de Letras, 6 de julho, 1948.

latente se conserva ignota, e eis que num dia dos novos tempos transmutada se restaura e reatua na alma dos homens e dos povos.

Há mortos que ensinam. Quando na última guerra uma bomba alemã, arremessada sobre Londres, decapitou, no Leicester Square, a Newton, ali de pé na sua estátua, a cabeça do sábio, ao cair, ainda uma vez doutrinou a lei da gravidade na queda dos corpos. Assim se renova a lição dos mortos e das épocas que a memória eterniza.

Mas há também nos homens, como nos povos, ao lado do poder de recordar, desse maravilhoso poder que tanto concede à felicidade humana, a faculdade própria do esquecer para sempre. Há nações em que esta domina. São as que apagam a sua história. Honra ao Brasil, que sabe chamar à vida e glorificar os que no correr do tempo o serviram e engrandeceram.

Esta Academia, que se preza de participar com civismo nas manifestações da vida nacional, tem por dever associar-se hoje à homenagem com que tôda a Nação sagra o nome de Francisco de Paula Rodrigues Alves, no dia secular do seu nascimento em Guaratinguetá.

Exaltando a sua memória, fala o povo brasileiro, fala por si, com voz sincera e espontânea,

fala a alma da Nação agradecida ao estadista, que no largo período da sua vida soube sempre servir ao dever público com devoção e amor da Pátria.

Amestrado por larga experiência política no trato dos negócios do Estado, deputado por muitos anos à Assembleia Provincial de São Paulo e depois, também por longo prazo, à Assembleia Geral, presidente da província de São Paulo, deputado federal, senador federal, Ministro de Estado, Presidente de São Paulo em dois períodos, o Conselheiro Rodrigues Alves se viu alcançado à eminente dignidade de Chefe da Nação como estadista de grandes créditos e por isso no discorrer dos anos de sua presidência, de 1902 a 1906, deu à República o período áureo em que o país abriu o passo a grandes progressos.

Rodrigues Alves jamais correu atrás das posições e nunca a nenhuma se inculcou, sempre a elas espontaneamente chamado pelos seus concidadãos. Ao contrário do que é tão próprio nos políticos, ambiciosos e ávidos do poder, nunca teve o apetite dos cargos e das honras.

Quando depois do golpe de Estado de Deodoro, em 1891, Floriano convidou Rodrigues Alves para Ministro da Fazenda, sem prévia con-

sulta, o grande paulista recusou. Campos Sales que transmitira a resposta de Rodrigues Alves ao Marechal, foi por este encarregado de instar com seus bons ofícios para que o convite fosse aceito. Floriano telegrafou de novo a Rodrigues Alves, para que anuisse ao convite, no que foi finalmente atendido.

O momento reclamava na pasta da Fazenda um ministro de autoridade. Tido na mais ilustre conta como financista, Rodrigues Alves, ao assumir a pasta, encontrou a nação a braços com a crise consequente às emissões realizadas nos dois primeiros anos da República e ao período da jogatina de títulos, do chamado "ensilhamento". Em seu relatório ao Congresso, em 3 de Maio de 1892, expôs abertamente a grave situação financeira do país. O Ministro da Fazenda, com ação cautelosa e enérgica, promoveu a liquidação das contas e negócios com os bancos emissores e conseguiu vencer as dificuldades. Não era momento para reformas financeiras ou cousas de dar na vista, e por isso certos jornais ilustrados estampavam a efígie do ministro como a dormir soltamente. A verdade é que quando acordou do sono aparente estavam as cousas no lugar, a situação financeira desafogada. E não faltou mais tarde a Rodrigues

Alves o louvor dos que podiam louvá-lo com autoridade, como Pandiá Calógeras em seu tão bem cotado livro "*A Política Monetária do Brasil*".

Quando em 1901, se delineou o caso da sucessão de Campos Sales na Presidência da República, foi o próprio Campos Sales quem se entendeu com Rodrigues Alves, dizendo-lhe em carta : "Vejo com particular contentamento que o seu nome desperta grandes simpatias e começa a atrair valiosas adesões".

E eis os belos termos da resposta de Rodrigues Alves, esquivando-se à candidatura :

"Lisonjeou-me a lembrança do meu nome e muito agradeço essa benevolência. Sei que V. conhece a minha índole pacífica, o meu espírito de tolerância e a minha vocação para harmonizar em vez de separar, e é daí talvez que veio a ideia do meu nome. Reflita bem que essa indicação deve caber a outro, que reuna melhores elementos e possa despertar mais confiança aos diretores da opinião. Deixei há pouco tempo o Ministério da Fazenda e sei que não tive ocasião de agradar senão a um número muito limitado de amigos, parecendo-me grande o dos descontentes. Acresce que a minha origem há de despertar suspeitas, e sempre entendi, por mais que os amigos generosa-

mente me contradigam, que não é prudente ir de encontro a uma tendência muito natural, muito humana, neste período de formação, que ainda estamos atravessando.

Por que o meu nome, quando há, para não falar em outros, o do Bernardino, que estou certo será acolhido com grande satisfação, e, principalmente, sob este último ponto de vista, terá a adesão geral? Minhas vistas sempre se voltaram para este nome, como naturalmente indicado para substitui-lo, se lícito fôr ainda ao Estado de São Paulo dar-lhe substituto, o que convém ponderar muito para não suscetibilizar o melindre dos outros Estados. Creio seré essa a melhor solução para o país, e estou convencido que o nosso Estado recebe-lo-á com muito agrado.

Há muito tempo para o trabalho, ponha nisso a contribuição do seu espírito superior e deixe-me ficar aqui para ajudá-lo e ao seu sucessor, com a mesma boa vontade e devotamento de sempre".

Vê-se aí que Rodrigues Alves, Conselheiro do Império, levava o seu escrúpulo a ponto de julgar que, vindo da Monarquia, seu nome poderia levantar suspeitas entre os republicanos. A verdade é que a República não teve de queixar-se dos conselheiros que lhe herdou o velho regimen. Con-

selheiro era Ruy Barbosa, Conselheiros Afonso Pena, Rosa e Silva, Gonçalves Ferreira, Luís Viana e todos colaboraram com preclaros serviços na República.

Em 1909, uma grande corrente política, a corrente civilista, oferecera a Rodrigues Alves a candidatura à Presidência. Fêz o convite Ruy Barbosa, nos seguintes termos :

"Consultado por membros da Junta Nacional sobre a candidatura que melhor corresponda, na eleição presidencial de Março, às aspirações nacionais empenhadas na manutenção da ordem civil, respondi que, na série das mais convenientes, políticas e eficazes, a de V. Ex., a meu ver, pesadas todas as circunstâncias atuais, é a primeira. Ouvida com aplausos esta minha opinião, aos amigos que m'a pediram, e abraçaram, não pude recusar o serviço, a mim muito grato, de escrever a V. Ex., indagando se podemos contar com a fortuna do seu assentimento, em sendo adotado o seu nome pela convenção de 22 do corrente. Desempenhando-me dessa incumbência, peço licença, para juntar aos votos desses amigos a expressão dos meus mais instantes desejos, acreditando que V. Ex. não evitará uma ocasião tão verdadeiramente patriótica de ser útil à nossa terra

natal. O seu passado o obriga a não recusar este sacrifício ao país, num pleito em que o prestígio do seu nome seria mais um grande penhor da vitória da boa causa. Eleito já por um partido, sê-lo-ia V. Ex. agora pela nação, em cuja companhia não se sabe qual maior honra seja, se a de vencer ou de ser vencido".

Eis agora a resposta de Rodrigues Alves, escusando-se à candidatura :

"Fiquei muito desvanecido com a honra dessa comunicação e a benevolência com que V. Ex. se refere ao meu nome, sendo profundo o pezar de não poder aquiescer à lembrança de V. Ex. que os dignos membros da Junta tiveram a generosidade de acatar. Desde que deixei o governo, tomei a resolução de me afastar da atividade política. E é escusado indicar a V. Ex. a série de motivos que tem influído em meu espírito para adotar essa atitude e nela me conservar.

Constando-me, ao regressar da Europa, que se falava em meu nome como candidato possível à sucessão presidencial, preveni, sem demora, os meus amigos, de que deviam arredar qualquer indicação que por ventura aparecesse nesse sentido. Os fatos políticos subsequentes em vez de me aconselharem outra norma de conduta, fortalece-

ram a convicção de que não posso nem devo abandonar aquele propósito.

Peço, pois, a V. Ex., e aos ilustres membros da Junta que me relevem o pezar de não poder, ainda com sacrifício, corresponder aos seus votos generosos, anuindo a uma indicação tão honrosa para mim. Afastado do movimento político, não tenho o espírito preparado para entrar em atividade no atual momento, e, em tais condições, é impossível aceitar os encargos e as responsabilidades de uma candidatura."

É novamente o grande Ruy quem, em 1913, numa entrevista ao "Imparcial" levanta ainda uma vez a candidatura de Rodrigues Alves à Chefia do Governo, agora na sucessão de Hermes da Fonseca. Responde Rodrigues Alves a Ruy Barbosa, em 6 de Fevereiro de 1913 : "Li, com o interesse que seus trabalhos sempre despertam, a entrevista que o "Imparcial" publicou em 25 de Janeiro próximo findo e muito cordialmente agradeço as generosas referências que fêz a meu nome nesse documento notável.

Seria, na verdade, uma grande honra para mim, poder contar em pleito de tanta importância, com o seu poderoso apoio. Sinto, porém, que vai me faltando o vigor para as grandes respon-

sabilidades da administração, tendo além disso a convicção de que o meu nome, conhecida a delicada situação política do país, não viria acalmar, como é necessário, a agitação que está perturbando a vida nacional. Creia, entretanto, que, afastada a ideia de candidatura, é muito sincero o meu reconhecimento pela excessiva bondade daquelas referências".

A carta teve resposta em 9 de Fevereiro, assim dizendo Ruy a Rodrigues Alves : "Só a sua modéstia lhe poderia ditar as expressões de reconhecimento, com que me agradece o meu juízo a seu respeito na entrevista com "O Imparcial". Nessa apreciação outra coisa não fiz que render justiça ao seu mérito, assim como, na indicação da sua candidatura, me limitei a ser éco do sentimento geral.

Deploro sumamente a sua resposta. Mas peço licença, para a não considerar como definitiva e nutrir a esperança, confiando no seu civismo, de que êle, com o tempo e a reflexão ainda o demova das escusas que agora nos opõe".

Eis aí, nestes claros documentos, de um lado o patriotismo de Ruy Barbosa, constante intérprete da vontade nacional, de outro, a desambiguação, o sincero desprendimento de Rodrigues Alves,

ao julgar que lhe não cabia a honra a que era repetidamente chamado.

A política, que tantas vezes abastarda os homens, fazendo-os servos da ambição, Rodrigues Alves a serviu no plano superior do interesse nacional. Odiou a politicagem e a politiquice, os processos desses que, no dizer de Ruy Barbosa, conhecem "a arte de fazer passar debaixo da bandeira dos princípios o contrabando dos interesses particulares".

Que é afinal a política ? Melhor talvez a conheçam os que nunca participaram das suas lutas. dos seus altos e baixos, sob a inconstância dos seus ventos.

-Numa página destinada a esta Academia, no elogio de Taunay por Francisco de Castro, se lê :

"De observadores profundos e pensadores tenazes é privilégio o tino político.

Não chamarei tal a essa tática a que os partidos se socorrem em busca das posições perdidas; habilidosa tática, útil até, se quiserem, para as almas desocupadas e frívolas, que encaram no instinto da conservação, no amanho das vantagens pessoais, na satisfação dos sentimentos egoistas, o requinte do civismo, o nervo dos movimentos democráticos, o freio das veemências demagógicas,

o supremo quilate do bom senso, a mais fina expressão da vida intelectual.

Não se confunda o exercício desses estratagemas mais ou menos vulgares, sem correção nos seus meios nem elevação nos seus intuitos e fins, sintomas das épocas fatigadas e das sociedades em coliquação; não se confundam esses processos de partidismo estreito com a sabedoria política, inexorável martelo das facções, escola das devações patrióticas, dos deveres incorruptíveis, dos serviços desinteressados, mestra da disciplina no regimen legal da liberdade, supremo oráculo dos povos, que sabe desentranhar das situações difíceis, das atualidades adversas, dos momentos graves de confusão e perigo, germens de prosperidade, elementos de ordem, meios de governo."

Eis aí a ciência política, engrandecendo os povos, nas lutas das sucessivas gerações.

Ainda Francisco de Castro :

"Melhor política é a que melhor governa, a que garante ao Estado a autoridade com que ele intima e se faz obedecer, a que suavisa as formas materiais da existência, a que espalha sobre os interesses gerais da nação os benefícios de uma administração vigilante. Mas as questões que importam ao regimen interno do Estado e não tem

outro alcance que o político, são sempre secundárias. Qualquer que seja a solução delas, adote-se uma precisa direção ou a sua contrária, e em breve já o resultado não se faz sentir na ordem dos negócios públicos. Cabe ao estadista criar leis, organizar instituições, produzir reformas oportunas; mas, para que medrem as reformas, as instituições floresçam, e imperem as leis onde impera a razão, não bastam os mecanismos da ação oficial : a função do político tem que fundir-se no ofício do filósofo, tem que manipular as ideias gerais do momento histórico, desenvolver tendências, remodelar costumes, consolidar as estruturas morais do país, atuar na vontade dos homens com o peso dos princípios naturais, a força irresistível das causas."

Homem de Estado, Rodrigues Alves pôs o bem público acima de tudo o mais, a ele consagrando todos os seus esforços, todos os seus desenvolvimentos, e não vendo jamais com olhos indiferentes o que interessasse ao povo. Presidiu no Governo com sabedoria, segurança e aviso, com aquela moderação, que foi a sua regra infalível. Nêle se reconheceram os preceitos do divino Platão, que mandava dirigir-se ao bem público todo o poder do governante, e que este vigiasse todo o Estado,

não apenas uma das suas partes. Com Cícero aprendeu que o que se achar no exercício do governo entenda-se por obrigado a manter a dignidade e o decoro do Estado, a conservar as leis, a fazer justiça, e lembrar-se que tudo está entregue à sua fidelidade e ao seu zélo.

Em nenhum tempo ou condição faltou Rodrigues Alves à justiça. Acometeu perigos com ânimo resoluto. E quanto foi cumpridor da lei, outro tanto foi amigo da equidade, sempre conciliando a benevolência em todas as suas decisões.

Curto prazo, cinquenta anos, para o julgamento da obra de um estadista. Situemo-lo na sua época, sabendo ver a hora das cousas e a disparidade das circunstâncias, porque acontece (e ainda aqui Cícero) que em certas ocasiões é justo o que noutras injusto.

Ao tempo em que Rodrigues Alves assumiu o poder, a República já vencera a dificuldade de seus primeiros anos. Floriano Peixoto a consolidara, dominara depois d'e seis meses de luta a revolta da Armada. Si usou no seu governo os despotismos da força, cumpriu o dever quando foi hora de entregar o poder ao civil, eleito pela Nação.

Prudente de Moraes, restabeleceu a calma e a confiança da nação, conseguindo pacificar o Rio Grande do Sul, dividido pela campanha dos federalistas.

Como os demais presidentes paulistas que imediatamente lhe sucederam, impunha-se Prudente de Moraes pela índole conservadora. No seu físico, em que as longas barbas punham um tanto ou quê de patriarcal, se revia a austeridade dos costumes, aquele tom do encantador provincialismo brasileiro, a lembrar a casa grande, os móveis antigos, os sofás, o espelho de moldura dourada na parede. Não era ainda o tempo dos automóveis oficiais e das motocicletas, apitando e estrugindo em disparada, para que as multidões estarrecidas abram alas. O carro dos ministros, naquela época, era escoltado por dois cavalarianos, o do Chefe de Polícia por um. O presidente não desdenhava a modéstia no mais aparatoso protocolo exigido pela dignidade do cargo. Não se utilizava dos piquetes de lanceiros com capacete emplulado. Enfim, tinha em desprezo as ostentações vãs e os estardalhaços do poder. E, bom paulista, diz-se que, presidente da República, continuava a encomendar suas roupas ao seu alfaiate de Piracicaba.

Mas êsse homem de hábitos simples e de atitudes moderadas era forte nas suas resoluções de governo. A anistia que promovera, em 19 de Setembro de 1895, pacificando o sul do país, desagradou à falange dos florianistas e dos jacobinos, que pregavam o extermínio dos seus adversários rio-grandenses. Em pouco a onda da oposição ao governo cresceu e agitou o país, chegando à tentativa de assassinio de Prudente de Moraes, salvo pelo seu Ministro da Guerra, que antepôs às balas o seu peito valoroso e leal.

Admire-se a firmeza de Prudente de Moraes, presidente civil, quando sufocou a rebelião dos cadetes da Escola Militar, que se recusavam a entregar ao Ministério da Guerra as munições depositadas na Escola. O presidente civil sabia que a disciplina era o nervo e a dignidade das classes militares. Prendeu os insubmissos, fechou a Escola. O deputado José Joaquim Seabra, apresenta à Câmara uma moção de congratulações com o Governo pelo desfecho do caso. Foi quando Francisco Glicério, líder da maioria na Câmara, ao envés de dar decidido apoio à moção, fêz um discurso com rodeios e panos quentes, limitando-se ao elogio das tradições da Escola Militar. A moção foi rejeitada. Mas no dia seguinte o *Jornal do*

Comércio declarava, em uma das suas "Várias", que o líder da maioria da Câmara já não representava o pensamento do Governo. Foi a ruidosa queda de Glicério, que na eleição para a legislatura seguinte não teve força para eleg'er-se.

Até o fim do seu governo, abalado nos últimos tempos por ferrenha oposição, teve Prudente de Moraes o apoio de Rodrigues Alves, em quem primava o culto da ordem. Na defesa desta não admitia dubiedade ou frouxidão. À meu Pai ouvi contar o que certa vez lhe disseira Rodrigues Alves, sustentando a autoridade, quando esta tem por si a autoridade da lei. Dizia o presidente paulista : "A autoridade não assiste à desordem; chegada, a ordem se restabelece". Não era preciso dizer como; tudo estava dito : primeiro se impõe ordem, depois o resto. Porque a ordem é o bem de todos e pelo caminho da ordem, todos, povo e governo, se hão de entender, dentro da lei.

Chegou a vez de Campos Sales. Este, vencendo a crise financeira do país, com seu grande ministro Murtinho, consolidou as finanças nacionais e assegurando o crédito público pôde vencer o mar das dificuldades em que se debatia a nação. Foi um governo de rudes economias, que soube afrontar a impopularidade.

Não se mede o valor do governante nas épocas de paz e fartura, o celeiro cheio, mas nos tempos difíceis. Ao que navega, muito vale o vento em popa todo o tempo, e muito vale em terra, ao que caminha, andar por estradas chãs. Não vem aqui fora de conta Dom Francisco Manuel de Melo : "Não se vê o bom alfaiate donde há muito pano, nem o bom cocheiro nas ruas largas". Campos Sales preparou o caminho das grandes realizações levadas a efeito pelo seu sucessor.

Si havia cessado o período das agitações e revoltas, ainda assim a situação política não tardou em toldar-se com veementes lutas. Pode-se dizer que Rodrigues Alves foi providencialmente escolhido para essa época difícil da vida republicana.

Ministro da Fazenda, no Governo de Prudente de Moraes, em 1894, teve Rodrigues Alves que aparelhar, com empréstimo no exterior, a situação financeira para levar a cabo, como levou, o vasto programa de reformas e melhoramentos materiais, que deram ao Brasil novo impulso e vida nova. Não lhe foi preciso recorrer, para governar, ao odioso e tão usado expediente dos impostos escochantes, com que a infatigável opressão fiscal sangra o povo.

Para executar o seu importante plano administrativo soube Rodrigues Alves formar um governo à altura do mesmo. Tal programa, disse o Presidente ao iniciar o quatriénio, devia ser cumprido "no caminho largo da moderação e tolerância", com a colaboração de todos, "sem ódios ou ressentimentos do passado, com a alma aberta a todos os congraçamentos sãos e leais ao regimen". Esses os intuitos do estadista que, procurando fortalecer a unidade nacional, assumiu o Governo fiel às tradições da sua vida política. Era ele, como Ruy Barbosa o definiu, no discurso do banquete político oferecido a Pinheiro Machado, em Abril de 1903 : "entendimento claro, espírito equilibrado, índole reta, consciência sã, experiência feita, alma patriótica". Não se poderia melhor retratar a figura moral de Rodrigues Alves, que em tudo procurava o equilíbrio da solução justa.

Na escolha de seus ministros e de outros colaboradores, mostrou Rodrigues Alves não temer competências em torno de si. Pois só a mediocridade, entronada nos postos de direção e mando, é que se cerca de homens sem valor. Dissera-se uma lei de atração : em tudo o medíocre atrai o medíocre.

Aos seus ministros, Rodrigues Alves, dando-lhes liberdade de ação, delegava autonomia, sempre porém, dentro do seu programa de governo. E é bem expressiva a frase do Conselheiro, dêle ouvida por Medeiros de Albuquerque, que a transmitiu a Clementino Fraga : "Meus ministros fazem tudo o que querem, menos o que eu não quero."

Entre os problemas nacionais de solução difícil era primacial o dos limites com a Bolívia. A escolha do Barão do Rio Branco para a pasta das Relações Exteriores visou entregar êsse caso, de tanto melindre, a quem o pudesse solver. Rio Branco, convidado para ministro, expôs em carta a Rodrigues Alves, os motivos por que se não julgava em condições de assumir a pasta; ausente do país havia muitos anos, não desejava intervir na política interna, ao que não poderia refugir sendo membro do governo; e ainda se desculpava com razões de saúde. Não era recusa formal, antes um pedido de dispensa. Visando os interesses da Nação, Rodrigues Alves insistiu no convite, e logo empossado na Presidência, telegrafou a Rio Branco, então ministro em Berlim, chamando-o. Veio Rio Branco, veio para abrir na diplomacia

brasileira, tão admirável nas suas tradições, uma era nova.

Rio Branco tomou a peito a grave questão internacional com a Bolívia. O sentimento da nação já se havia manifestado por várias formas, fiando no êxito favorável do ponto de vista brasileiro. Acima de todas se levantou a voz de Ruy Barbosa, que no já citado discurso do banquete a Pinheiro Machado, depois de afirmar que se aproximava do governo de Rodrigues Alves ("um Governo para o qual me atrai uma impressão de patriotismo irresistível"), assim aludiu à questão entregue a Rio Branco : "Ao ver erguer-se a bandeira da integridade nacional, abandonada ao estrangeiro nas fronteiras do Acre, afigurou-se-me ouvir, entre o clarim de uma alvorada de esperança, a voz da pátria esquecida, e ver de novo inflamar-se no seio dos brasileiros a consciência do Brasil restituída a si mesma.

A certeza desta atitude debuchou-se aos meus olhos como um programa de virilidade e de honra, a cuja luz tive a sensação de vislumbrar alguma cousa de um horizonte novo na política interna, respondendo a estes vastos horizontes de reabilitação na política internacional."

Cercado de colaboradores eficazes, chegou enfim o dia em que Rio Branco deu ao governo de Rodrigues Alves a grandiosa vitória consubstanciada no Tratado de Petrópolis, de 17 de Novembro de 1903, pelo qual se engrandecia a República com o Território do Acre. Eis o depoimento de Rio Branco : "O Brasil incorpora ao seu património um território mais extenso que o de qualquer dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, território que produz renda anual superior à de mais de metade dos vinte Estados da nossa União."

Que melhor juiz para medir a importância do acordo realizado com a Bolívia, do que o próprio Rio Branco ? Assim se dirigiu êle ao Presidente da República : "Com sinceridade afianço a V. Excia. que, para mim, vale mais essa obra em que tive a fortuna de colaborar sob o governo de V. Ex., e graças ao apoio decidido com que me honrou, do que as duas outras, julgadas com tanta bondade pelos nossos concidadãos, e que pude levar a termo em condições, sem dúvida, muito mais favoráveis."

O prestígio internacional do Brasil se firmou definitivamente nessa época, e entre outras demonstrações figura a nomeação, pleiteada pelo

Governo, de um prelado brasileiro, para o Sacro Colégio dos Cardeais. Foi com júbilo que a nação viu rebrilhar na pessoa insigne de D. Joaquim Arcoverde a purpura cardinalícia. O Brasil deu o primeiro Cardeal à América do Sul.

A representação do Brasil no exterior se graduou com a criação de uma Embaixada, e nos Estados Unidos brilhou a glória de Nabuco.

Do plano administrativo de Rodrigues Alves, de tanta consequência na vida do país, figurava a remodelação do Rio de Janeiro e dos serviços urbanos, associadamente ao saneamento da cidade. Pereira Passos, velho engenheiro com energias de moço, unindo à sua competência impar uma atividade de causar admiração, em breves anos transformou esta cidade, ainda cheia de reminiscências coloniais, arejando-a, remoçando-a, embelezando-a, a termos de vir a ser a decantada "cidade maravilhosa".

Era ministro da viação, Lauro Müller, ainda moço, e que contando com os príncipes da nossa engenharia um Bicalho, um Teixeira Soares, um Paulo de Frontin, um Osório de Almeida e outros, construiu o Cais do Porto com as suas largas avenidas laterais e abriu a Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Políticos retrogados incre-

param à Rodrigues Alves empregar parte dos recursos advindos do empréstimo de oito milhões de libras, realizado na Inglaterra, para as obras do pôrto, em construir uma avenida monumental. Uma voz no Senado defendeu o governo, Ruy Barbosa, mostrando que o empréstimo autorizava não só as obras portuárias senão ainda outras, complementares, como a via de acesso ao porto. Rodrigues Alves julgou-se no dever de agradecer a Ruy Barbosa o apoio que lhe trouxe e assim lhe disse pelo telégrafo: "Com vivo reconhecimento agradeço a afirmação que fêz no seu notável discurso de ontem, da legalidade do ato que autorizou a construção da Avenida Rio Branco".

Quanto praz a todos, agora nesta distância do tempo, ver que nunca faltou a Rodrigues Alves a justiça de Ruy Barbosa. Noutra oportunidade, em 1914, escrevia o grande baiano ao grande paulista: "Não conheço maior prazer que fazer justiça seja a quem fôr quanto mais a um homem do valor de V. Excia." A amizade, o respeito, a compreensão e a mútua admiração entre homens de Estado, unidos na mesma fé, que mais alta lição para os povos?

A obra da cultura nacional muito deve ao governo de Rodrigues Alves. Levantaram-se nesta

cidade grandes construções: a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas Artes, o Teatro Municipal, o Instituto de Manguinhos, e nos Estados os edifícios da Faculdade de Direito de Recife e da Faculdade de Medicina da Bahia. Preparou-se o Silogeu Brasileiro para acolher o Instituto dos Advogados, a Academia Nacional de Medicina e esta de Letras. Em S. Paulo, criou Rodrigues Alves a Faculdade de Medicina, dando mão forte a Arnaldo Vieira de Carvalho e seus colaboradores, uma Faculdade que veio a tornar-se com o tempo o modelo dos nossos institutos de ensino.

Confiando a Juliano Moreira a direção da assistência a alienados, abriu Rodrigues Alves novo caminho neste setor, abandonando-se entre nós os velhos processos até então em uso, adotadas as normas da psiquiatria moderna. E ao mesmo tempo se promulgou a lei de assistência aos alienados, de tão relevante valor social.

Criou-se o Instituto Médico Legal, obra do nosso grande Afrânio Peixoto, que soube dar-lhe moderna orientação científica.

O Instituto Oswaldo Cruz, ampliando os fins a que fora criado, veio finalmente a ser o que é, inaugurando para a glória da ciência no Brasil o estudo e o ensino da medicina experimental.

Mas tudo isso de que agora me não é dado fazer mais que uma referência *per capita*, isso que bastaria só em si para assinalar com benemerência um Governo, tudo é pouco diante da obra do saneamento desta cidade, obra que Rodrigues Alves levou a êxito ditoso, livrando-a dos males que a inficcionavam, a peste bubônica, a febre amarela e a varíola.

A primeira dessas graves doenças, aqui manifestada em 1900, procedendo de província Argentina, causou dessa época até 1906, quando foi extinta, cerca de mil óbitos.

A febre amarela era a espada da morte. Aqui surgiu em 1850, passando a reinar endemicamente, e até 1905 causou cerca de 59.000 vítimas, entre nacionais e estrangeiros, para os quais tinha a doença sinistra predileção. Tristes tempos, em que a população desta cidade "a que impingiram" no dizer de Francisco de Castro, "como quinta essência da higiene urbana o pitoresco da porcaria", assistia resignada o rodar dos carros fúnebres.

Antes de ocupar a presidência da República, já se interessava Rodrigues Alves pelo problema da febre amarela. Tendo versado o assunto, em sociedade médica de S. Paulo, o Dr. Luís Pereira

Barreto, logo recebeu uma palavra de felicitação de Rodrigues Alves. E o velho clínico paulista observou que enquanto os seus colegas se conservaram indiferentes, ao Presidente do Estado não passara despercebida a sua comunicação.

Assim, quando veio à presidência da República, muito de antemão trazia Rodrigues Alves o propósito de sanear a insalubre cidade do Rio de Janeiro. É o que claramente declarou no seu programa : "Cada vez me sinto mais convencido de que no saneamento da Capital se encontrará o elemento primordial para o reerguimento da vida econômica do país. Exige tal serviço um conjunto de providências de execução difícil e dispendiosa, mas são de tal ordem os benefícios esperados que é preciso empreendê-lo". E rematava : "O que convém, e o governo vai fazê-lo, é iniciar o serviço e não mais abandoná-lo, embora nos custe avultados sacrifícios". Assim disse, assim fêz.

A nova profilaxia, considerando certo género de mosquitos como transmissor único da doença, passara por provas irrefutáveis, em Havana, de onde foi erradicado o mal. Mas a verdade é difícil de ver-se : o êrro põe-lhe máscara. Duvidava-se. Negava-se. Dividiham-se os médicos, Rodrigues Alves confiara a Osvaldo Cruz — a esse

cuja benemerência a Academia reconheceu, chama-o ao seu grémio — a defesa sanitária do país. O novo diretor dos serviços de Saúde Pública tinha apenas 30 anos de idade, mas a ciência o amadurecera. Deu-lhe o presidente carta branca. Convencido da valia do novo método profilático contra a febre amarela, com a boa convicção que só a fé na ciência pode dar, Osvaldo Cruz, tendo por braço direito e imediato colaborador o Dr. Carlos Carneiro de Mendonça, de preclara memória, assumiu a responsabilidade das medidas que planizou como necessárias ao combate do mal, e de um dia para outro fêz cessar tudo o que em que estribava a velha higiene, desinfecções, quarentenas, cordões sanitários, etc.

Desencadeou-se sem tardar violenta campanha contra o Governo, o qual, dizia-se, com temerária confiança se arriscava a perigosa aventura, expondo a população à calamidade do recrudescimento das epidemias; campanha no Congresso, no Conselho Municipal, na Imprensa, e aqui, ali e acolá o desabrido da linguagem provava a falta da razão. Até a Faculdade de Medicina se enfileirou na contenda. Era eu aluno do 6.^º ano médico e assisti a três lições, franqueadas ao público, em que o meu respeitável mestre, professor

de higiene, condenava como falsa a doutrina em que se ia basear entre nós, o combate à febre amarela.

Era necessário um crédito de 5.500 contos para a Brigada Sanitária de funcionários que se ia constituir, e Rodrigues Alves o solicitou em mensagem ao Congresso. O pedido do crédito e o projeto de reforma dos serviços sanitários, medidas indispensáveis, foram combatidas no Congresso, onde a Comissão de Saúde Pública da Câmara tudo condenou. Procrastinou-se por cinco meses, no Congresso, a aprovação da mensagem.

Enquanto isto o povo se alarmava. A oposição ao governo, por manter confiança em Osvaldo Cruz levantou brado, chegando a arruaças. Osvaldo Cruz era doestado com gravames e apontado à indignação pública como autor do que certa imprensa chamava o "Código de Torturas", o Código Sanitário que impunha medidas de repressão aos que embaraçassesem o serviço da Saúde Pública.

Mas tôda essa desabrida oposição, que ia das classes cultas às ignaras, teve um dia a fulminá-la, a condenação de Ruy Barbosa, quando proclamou : "A reação dos interesses, ignorâncias e preconceitos não conhece limites. No país clássico da re-

signação e docilidade, no paraíso da servilidade e indiferença, ronca desfeita a procela em bravos estampidos revolvendo o povo, sacudindo o parlamento, abalando o elemento militar."

Osvaldo Cruz, estoicamente insensível às fúrias da oposição, continuava prestigiado pelo Presidente da República, a luta contra o mal amarilico. Não tardou que os resultados falassem: no primeiro trimestre de 1903, a doença causara nesta cidade 426 óbitos. Pois já em 1904 houve apenas 16 casos fatais da doença. Não passaram de 29 em 1905, e de 21 em 1906. Daí por diante não mais se observou a doença. Estava extinta a febre amarela no Rio de Janeiro, estava ganha a batalha, para glória de Rodrigues Alves e de Osvaldo Cruz.

Quando em 1928, com origem de casos importados do norte do país, em soldados daí vindos, um surto epidêmico daquela doença sobressaltou esta Capital, onde se afrouxara de todo em todo o serviço profilático, coube a um discípulo de Osvaldo Cruz repetir com segurança a campanha contra o mal, campanha pela segunda vez vitoriosa, agora em poucos meses, e Clementino Fraga com valor se impôs à gratidão pública.

Os mesmos obstáculos vencidos na luta contra a febre amarela se levantaram redobrados quando Rodrigues Alves se propôs, com Osvaldo Cruz, a eliminar no Rio de Janeiro as epidemias de varíola, que assolavam a cidade nos meses de temperatura mais baixa.

Logo no começo do regime republicano, já em Dezembro de 1889, decretara o Governo Provisório a obrigatoriedade da vacinação anti-variolica nos primeiros seis meses de vida. O decreto ficou letra morta. Tão necessária medida foi novamente proposta em 1902, no governo de Rodrigues Alves, na lei de proteção à Saúde Pública. Havia perigo público, pois só no primeiro semestre de 1904 se registraram 1761 casos de varíola, com rápida disseminação. Mas a população da Cidade, induzida ao medo pelos opositores da medida profilática, recusava-se à vacinação. O projeto da vacinação obrigatória, iniciado na Câmara, despertou clamorosa oposição em que a ignorância se aliava à mais exaltada violência. Invocava-se contra a medida até a Constituição. A vacinação obrigatória era despotismo e prepotência do Governo. Com sectarismo retrogrado, o Apostolado Positivista, tendo a frente Teixeira Mendes, incitava os opugnadores. Era necessário, porém,

distinguir, nessa oposição os que apenas ressalvavam princípios e convicções quanto à liberdade individual e os que, muito mais numerosos, tomavam do caso pretexto para hostilizar com fins políticos o Governo.

Declarando-se crente na ação benéfica da vacina, em discurso no Senado na sessão em que se votou a concessão de estado de sítio, em 16 de Novembro de 1904, dizia Ruy Barbosa não lhe assistir o direito de legislar coercitivamente para os seus concidadãos as terapêuticas da sua preferência. Desde que havia discussão e dúvida quanto à verdade científica e à conveniência da vacina, era opinião de Ruy que o Estado "comete uma violência", "exorbita das suas funções constitucionais", "perpetra um crime", constituindo-se árbitro na lide. O exemplo da Alemanha, onde a varíola fôra com essa medida definitivamente extinta ? Mas a Alemanha, continuava Ruy Barbosa, "é uma nação aquartelada" e não se apontem aos países liberais "as lições administrativas e políticas de um império moldado no aço dos regimentos de guerra". Ainda mais : "Assim como o direito veda ao poder humano invadir-nos a consciência, assim êle veda transpor-nos a epiderme". Enfim, reconhecendo o direito de resistência à medida pro-

filática : "A lei pode educar os sentimentos populares, encaminhá-los, modificá-los, mas não os pode levar de roxo".

Comparem-se os termos serenos desta oração em que o grande estadista ressalvava suas convicções liberais, com a linguagem solta dos demais opositores, insuflando a violência contra o governo, na tribuna da Câmara, nas colunas da imprensa, e nas reuniões em praça pública.

Era a demagogia às soltas, era a incitação à desordem vinda do alto e de baixo, tudo sob a licença da chamada liberdade democrática. Pobre democracia, arremedo e falsificação, a dos países sem cultura e ainda não preparados para ela.

A democracia, a autoridade pública verdadeiramente exercida pelo povo através de governantes por êle espontaneamente escolhidos, tudo no regime da liberdade, justiça, e respeito da lei, onde essa democracia, quando a educação popular nem sequer ensinou à maioria da população as letras do alfabeto, quanto mais os sentimentos cívicos e o valor da cultura ?

R'eduza assim a democracia a uma palavra sem sentido com que, tomando entono e ardendo em patriotadas, os simplalhões e os aproveitadores

enchem a bôca e as bochechas, estolidamente supondo que a só palavra vale pela cousa.

Sob o pretexto de ser a obrigatoriedade da vacinação contrária à liberdade individual (cada um é dono do seu corpo), um Senador declarou da tribuna que receberia "à bala" o representante da Saúde Pública, si êste lhe forçasse a porta, para forçar a vacinação. Outro exclamava : Vacina ? Só depois de "passarem sobre o meu cadáver". Enfim, todas as chulices, chavões e lugares comuns do estilo das bravatas tragi-cômicas.

As prevenções populares eram açuladas e exploradas; a vacinação era perigosa, capaz de inocular outras doenças, e bem podia ser que a morte viesse não da doença mas do preservativo. É preciso resistir pela força a êste ultraje feito ao povo, bramavam os agitadores, classificados, e desclassificados. Distribuiam-se boletins, incitando à rebelião as classes operárias, essas classes, a grandeza de cujos sacrifícios obscuros tantas vezes se desconhece, e de cujo nome se faz rótulo para todas as espécies de masorca.

Na praça pública era a mesma a linguagem dos oradores, pregando às abertas a insurreição armada. Por cúmulo, no Senado chegou-se a discutir que, sendo a lei da vacinação obrigatória —

"um capricho do Presidente da República", um "ato de força", ao povo só cabia "repelir a força pela força". E na Câmara ? Um representante rio-grandense perorou que o povo já não devia suportar "o governo dos fazendeiros, que após haverem explorado os pobres escravos, presentemente exploravam a República."

Não tardou, num ambiente assim preparado, que a exaltação saísse em grita às ruas, naquele "espírito do motim" a que certa vez Francisco de Castro chamara "nevrose capadoçal do berreiro" e "epilepsia cínica da arruaça".

Osvaldo Cruz foi, por vezes, objeto de assuadas na via pública.

Vez houve em que uma delegacia policial se viu assaltada por dois mil populares, e tornou-se necessário ao Governo dissolver à força os amotinadores nas reuniões públicas.

Enfim, tudo fazia prever a tempestade que já se armava no horizonte brusco. Afinal, aos 14 de Novembro de 1904, fuzilou a tormenta e estourou a premeditada rebelião militar. Na Escola do Realengo, Hermes da Fonseca fez abortar o levante. Na Escola Militar, cerca de 200 de seus alunos se apossam, sublevados, das munições. Desstituiu-se o comando, que é entregue ao General

Silvestre Travassos, como chefe do movimento militar. Tudo prestes, vindo a noite, põe-se em marcha com artilharia, contra o Palácio do Catete, para depor o Presidente da República, a coluna revoltada. Rodrigues Alves, sereno, ordenou a reação, e tropas sob o comando do general Piragibe vão ao encontro dos insurgentes. Logo às primeiras descargas das forças legais, à entrada da rua da Passagem, cai malferido o comandante do movimento subversivo, que em consequência sucumbiu dias depois. Também ferido sai das fileiras o tenente-coronel senador Lauro Sodré. Estava liquidado o movimento. Dispersos os cabecilhas e os aderentes, os cadetes recolhem-se à Escola, desparam armas e na manhã imediata, todos ali se entregam ao comandante da tropa governamental. Mas os numerosos desordeiros que se aliciaram ao movimento não perderam a ocasião para pilhagens e depredações. Mais um dia, e a 17 de Novembro estava a ordem restabelecida.

Rodrigues Alves dirige-se imediatamente ao Congresso, expondo a situação. Comparece ao Senado Ruy Barbosa, e esse grande inimigo do estado de sítio, defendendo a ordem, vota a medida de exceção. Mas ao concedê-la, pôs a verdade às vistas da nação, declarando sem rebuços que a lei

da vacinação obrigatória fôra mero pretexto de que se serviram os adversários de Rodrigues Alves para a tentativa de afastá-lo do governo, implantando ditadura no país. Assim então definiu e caracterizou Ruy Barbosa a revolta da véspera : "misto impuro da ignorância e maldade que a fermentara"; "misto de arruaça inconsciente e de demagogia fardada", "trama urdida às escuras para saltear o poder."

Reconhecendo que podem, às vezes, ser justas as resistências populares e a reação revolucionária, quando esgotados os meios legais contra os abusos do poder, o grande liberal da República, nessa memorável sessão do Senado, de 17 de Novembro de 1904, condenou o movimento fracassado, que lapidarmente definiu como "as bodas adulterinas da arruaça com o pronunciamento".

Que dizer agora da atitude de Rodrigues Alves diante de tão graves acontecimentos ? Fiel ao dever, não traiu a confiança da nação, a cujos olhos se engrandeceu, dando na hora difícil uma lição de civismo, lição que frutificou, porque essa mesma força do elemento civil, nêle encarnada, se mostrou invicta noutra oportunidade, na pessoa de outro grande político paulista, o presidente Washington Luís.

Os que assistiram aos acontecimentos desdobrados no Palácio do Govêrno, na noite de H de Novembro, admiraram em Rodrigues Alves as qualidades morais que sempre o definiram. Falo diante de testemunhas. Aqui tenho o prazer de ver ao meu lado o nosso ilustre confrade Ataulfo de Paiva, aqui vejo no auditório o Dr. Humberto Gotuzzo. Amigos do Presidente, mantiveram-se ao seu lado e presenciaram os lances daquelas horas perigosas.

Enchera-se o palácio de correligionários e amigos de Rodrigues Alves, civis e militares. A revolta na rua, a ocasião instava, não havia perder tempo. Organizada a defesa sob as ordens do Presidente, ia aos poucos crescendo a inquietação de todos, inseguros do desfecho que viria aos acontecimentos. Em pouco a incerteza passara a temor. Faziam-se previsões pessimistas quanto à sorte do Governo e todos queriam aconselhar e opinar; qual entendia ser necessário manter a resistência, qual outro que tudo seria inútil, desânimo, onde talvez se ocultasse cobardia. Um poeta, com verbo ardoroso, animava a reação: era Olavo Bilac. Passavam-se as horas, agravando a angústia dos que rodeavam o Presidente. Naquela atmos-

fera incerta apenas um homem conservava intrepidez e confiança — o Presidente da República.

Começou então a prevalecer na maioria dos presentes a ideia de que Rodrigues Alves devia deixar o Palácio do Governo, para sair escapo ao perigo. Foi quando o almirante Júlio de Noronha, Ministro da Marinha, que deixou tradição, acercando-se de Rodrigues Alves, lhe sugeriu respeitosamente que o melhor alvitre no momento seria salvaguardar-se o presidente a bordo de um dos navios de guerra, ali postados na enseada no Flamengo. Todos se voltaram nesse momento para o Presidente, que se mantivera silencioso, e então o nobre varão, que sempre soube conciliar a moderação e a energia, intrémulo levantou a voz para dizer com força de ânimo: "Aqui é o meu lugar." Eis aí Rodrigues Alves, eis aí o forte cidadão, que com a sua atitude impertérrito salvou nessa hora a dignidade do poder, a ordem civil, o prestígio da Nação.

Compreende-se, pois, que, em 1917, as forças políticas da nação novamente chamassem à magistratura suprema aquele que deu ao país o maior progresso, e depois de tanto deixou no Tesouro saldo de muitos milhões de libras; aquele que soube resistir às violências da demagogia, para

acautelar os interesses do povo no bem da saúde; aquêle que pela sua cordura sempre procurara elidir, para a união e concórdia dos brasileiros, as fronteiras dos agrupamentos e partidos.

E como respondeu Rodrigues Alves ? O convite lhe fôra transmitido por intermédio do Dr. Altino Arantes, cujas nobres virtudes de homem público o instituiram perfeito discípulo do grande estadista. Em 31 de Março de 1917, em carta dirigida ao Dr. Altino Arantes e por êste divulgada há poucos anos, disse Rodrigues Alves não ter recebido com alegria a notícia da sua nova candidatura à Presidência. E apontava razões para declinar da mesma : "Sabe que nunca regateei meus serviços ao país e desejo perseverar nesse propósito. Mas sinto que me vai faltando a confiança nas forças do organismo, e na minha idade todas as probabilidades são para o declínio.

Não são apreensões vãs que devam ser indiferentes aos diretores na política, quando têm de dar solução ao maior problema do momento, e será para mim uma fortuna poder continuar a ajudá-los esforçadamente sem as responsabilidades do governo."

Instado por apelo unânime, Rodrigues Alves, num derradeiro sacrifício, terminou acedendo e

pela segunda vez se viu eleito Presidente da República. Leu a sua plataforma política em Outubro de 1917. Infelizmente não eram vãs as suas apreensões quanto ao seu estado de saúde, tão certo é que, às vezes, os prognósticos dos doentes valem mais que os dos médicos. As sombras cresceram, era o fim, e aos 16 de Janeiro de 1919 aqui expirou Rodrigues Alves, cercado da veneração pública.

Senhores :

Aqueles que, consagrando todo o esforço da vida ao serviço e ao bem da Pátria, se alçam ao plano dos verdadeiros estadistas e deixam, quando desaparecidos, na força do exemplo, uma eficaz exortação aos vindouros, esses, à medida que mais se distanciam no tempo, mais se avultam na grandeza do porte, até que acabam impondo-se por símbolos imateriais, na abstração dos traços terrenos. Vive o nome, vivem as obras que lhes foram a vida. Mas na recordação dos homens e das coisas, o coração humano alcança buscar, nos longes da saudade, os que souberam fazer-se amar, e então — quem o crera ! — tudo isso que parecia definitivamente desfeito das formas materiais, pouco a pouco se recompõe na contextura primitiva, e, nimbado da luz das ressurreições, misteriosamente

se aproxima de nós, para a nova contemplação e o novo encontro.

Acabamos de recordar Francisco de Paula Rodrigues Alves, o estadista e o homem de governo, que regeu a Nação com sabedoria e virtude. Mas muitos somos aqui, nesta ocasião, os que o conhecemos de perto na luz do seu belo dia, e nos animámos na força da sua amizade. Estamos a reconhecê-lo agora tal qual foi, no aspecto da sua compostura, naquela gravidade que não era frieza nem dureza, senão decoro natural, comedimento e distinção. Estamos a reconhecê-lo na lhaneza e dignidade dos modos, na suavidade e perfeição dos costumes.

É para êle em pessoa, como aqui estando agora entre nós revivo na verdade da presença, que nos volvemos, no côro da consagração, todos os brasileiros, votando-lhe, como a um dos grandes do Brasil, a perene coroa cívica com que os atenienses premiavam os beneméritos da pátria.

PELA LÍNGUA PORTUGUESA (*)

Escrevendo a Lúcio de Mendonça para lhe agradecer o presente das suas *"Horas do bom tempo"*, disse um dia Machado de Assis "ser doce achar-se na conta da vida passada algumas horas tais que não esquecem, que revivem e fazem reviver aos outros". E acrescentou : "Não há senão um relógio para elas, mas é preciso saber ser bom relojoeiro para saber dar corda e fazê-las bater de novo".

Hoje é dia de recordar. Àquele relógio das boas horas está agora a bater em nossos corações, para que aqui, todos à uma, nos volvamos aos tempos idos e vividos em que nasceu esta Academia. Ela nasceu, anunciou-o Machado de Assis, "com alma nova e naturalmente ambiciosa", e pelo tempo em diante viveu e viverá como nasceu.

(*) Academia Brasileira de Letras, no 50º aniversário da fundação. 26 de Dezembro de 1946.

À Academia faz hoje cinquenta anos, dir-se-ia começa a ser uma velha dama, e gostaria que como tal a tratassem, já que nas Academias, ao contrário das outras damas, é do tempo que lhes vem a glória. Isto me lembra o que passou na exposição de um pintor, onde figurava, em grande moldura, o imponente retrato, corpo inteiro, de uma senhora quinquagenária. Foi o caso que estouvado visitante, ao entrar no salão, exclamou com entusiasmo, apontando para o quadro : "Cinquenta anos de glória"! Era um belo cumprimento; mas, na verdade, o que ele queria era menos exaltar a glória da gentil dona, que em seu salão social por tanto tempo recebera a flor da sociedade, em famosos festins, do que assinalar que para ela passara a hora fugidia da beleza, e chegara aos cinquenta anos, o que quanto ao sexo feminino deve ser mantido em reserva. Quando fôr inevitável reconhecer que se acabou o dia da formosura, tudo seja ver e calar.

Mas nas Academias, que todas estimam envelhecer, o rodear dos anos não leva a isso : si abre a morte a porta da saída, pela da entrada vai chegando outra gente, e nessa contínua renovação dos valores rejuvenescem com o tempo. Por isso, numa Academia nossa vizinha, a de Medicina, um

grande mestre francês, o Professor Chauffard, convidado à celebração da festa centenária pôde dizer com galanteria : "Votre Académie n'est pas vieille de cent ans, elle est jeune de cent ans".

Dos que criaram esta Academia Brasileira e dos que lhe compuseram o número dos primeiros quarenta académicos um sobrevive para nossa alegria — o egrégio Magalhães de Azeredo, de cuja nobre e indefectível devoção às letras, em que é príncipe, tomará exemplo a nossa juventude. É-nos a todos caro dever, um dever que nos comove, expressar-lhe nossa alta admiração na mensagem gratulatória que daqui lhe enviamos.

Outros e outros, nestas cinco décadas, aqui vieram em sucessão aos primeiros. Dos que se foram à outra imortalidade, levados na nuvem dourada, que é a dos eleitos da glória, chega-nos hoje a voz, como para repetir com o nosso primeiro presidente : "Esta é a glória que fica, eleva, honra e consola".

A um por um dos nossos antecessores, a todos eles nos chegamos, e juntos nos reaparecemos nessa admirável unidade figurada na imagem de Pascal, em que os homens se mostram, na cadeia dos anos, todos como um homem só, que subsiste para sempre e constantemente aprende.

Aprender é conservar, mudando e aperfeiçoando. Os tempos trazem os tempos. Mas cada tempo seu viver, sua côr, suas ideias, suas lutas, suas esperanças. O espírito académico é, de seu natural, ceremoniático e conservador. Contudo, si guarda a lei antiga e os princípios inderrogáveis, perpetuando o aprovado na longa experiência, não é, nesta casa, o espírito rotineiro, absolutista e ferrenho, obfirmado em velhos preconceitos, fechado aos presentimentos do futuro e ás mudanças da novidade e do progresso.

Nesta Academia vive uma alma que, si prolonga no tempo vindouro a ação passada, vibra e palpita com as inspirações do dia presente.

O admirável Joaquim Nabuco, na sessão de abertura, anunciou que, fundada entre dois séculos e dividida ao meio, por velhos e novos, nela predominavam os representantes do século XX. Ninguém se furtava a preferências. Nabuco tomou partido, e dizendo com sabedoria que uma cousa se não deve fingir, a mocidade, declarou sem rebuços : "Prefiro em tudo, arte, política, religião, ligar-me ao passado que ameaça ruina, do que ao futuro, que ainda não tem forma". E acrescentando que, ao contrário de tudo o mais, a vida intelectual não é o movimento, "é a parada do

espírito, a absorção, a dilatação infinita do pensamento em um só objeto, em um só gozo, em uma só compreensão", teve por melhor chamar-se velho imaginário, para concluir : "É o meio de não ser um jovem imaginário". Sendo assim, toda-via confessou que veiu à Academia seduzido pelo contacto dos moços.

Conhecendo como é difícil a mútua compreensão nas diferentes idades da vida, com os seus dois climas, o passado e o futuro, e pregando aos jovens não receassem a concorrência dos mais idosos, no caminho da glória ("os rebentos da primavera rompem a casca da árvore rugosa"), assim reconhecia Nabuco que em todas as épocas há modernismo. Não foi além das vozes de animação, não profligou o moderno do seu tempo, como João Ribeiro, que neste caso não teve meias palavras e assim falou : "Tenho notado que o modernismo, que é, raras vezes, um sinal de excelência, é uma das faces mais comuns e triviais da estupidez. Os povos mais boçais, em regra, adotam e realizam as ideias mais recentes em política, arte, literatura e ciência. A uma verdade antiga, preferem, sem hesitar, uma asneira contemporânea". Isso pensava João Ribeiro quanto ao modernismo do começo deste século; porque mais tarde esse

mestre primoroso, sabendo, como disse, que "nada há mais velho que a moda, nada mais fácil que a originalidade das desobediências", não recebeu desprezivelmente a geração que há vinte e cinco anos trouxe, entre nós, outro modernismo literário.

Ninguém melhor do que esses escritores de experiência, Nabuco e João Ribeiro, para reconhecer no poder da novidade o fenômeno universal da evolução literária, a que nada se pode opôr, a necessidade da renovação na criação artística.

Outro dos nossos, o sempre esmerado Xavier Marques, soube caracterizar como poucos esse fenômeno, na sua *Arte de escrever*: "As renovações literárias são fatais; obedecem à necessidade iniludível do novo, à necessidade de reabilitar para o prazer estético a alma enervada, entorpecida por aspectos que não dão mais relevo a nenhuma beleza, que nos saciaram, esgotando os elementos da sensibilidade que eles fizeram vibrar durante longo tempo. Assim a ação dos inovadores é necessária, comparável, no desenvolvimento dos meios de expressão, aos períodos de crise em que a natureza assinala normalmente, na vida de todos os seres, a transição de uma fase para outra fase mais complexa. Isso implica, em relação ao gosto artístico, perturbações passageiras, mais

ou menos extensas e profundas, ímpetos de atividade transformadora a que nunca faltam resistências". E acrescentou com propriedade: "não há neste processo derrocadas e destituições por completo, mas transformação, desenvolvimento, crescimento".

Vida, transformação. "O conservantismo sistemático", escreveu Anatole France a propósito do simbolismo francês, "é tão ridículo na arte como na política". Em tudo mudança: "Si l'on vit il faut consentir à voir tout changer autour de soi. On ne dure, qu'à ce prix, et si la mobilité des choses nous attriste parfois, elle nous amuse aussi".

Pesando em justa balança todos os valores literários de cada época, nunca se fechou a Academia, como atada a rígidos grilhões, no exclusivismo do antigo, e longe de correr o fecho à porta e dar volta à chave acolheu com justiça representantes de modernas escolas literárias, quando estes a buscaram e lhe ofereceram colaboração. Não lhe foi preciso para isso abandonar os velhos altares, emancipar-se de fórmulas tradicionais, fazer tábua rasa do programa, nem renegar o que Graça Aranha, nado e criado à imagem de

Nabuco, chamou na polémica "os aspectos do passado".

Alheia ás disputas de efémeras escolas ou rodas literárias, a Academia, ajudada pela compreensão e estima públicas, serve desafrontadamente à dignidade das letras, acompanhando, no domínio do espírito, o ritmo da vida nacional.

Ao prognosticar, nos começos, que a principal função que nos toca só viria a ter desempenho longo tempo depois, na terceira ou quarta dinastia da sucessão acadêmica, Nabuco, que me apraz de novo citar, confiou em nossa geração. Não há motivos para desacreditá-la, pondo-a em rebaixe no cotejo com a que a precedeu nesta casa. Vã, delusoria e perigosa é sempre a comparação dos homens de duas épocas que se sucederam imediatamente. Si nos arrogamos, os contemporâneos, o direito de a nós mesmos nos julgarmos, críticos em tribunal indeclinável, nos arriscamos a graves injustiças e erros. Venha depois, a seu bom tempo, o historiador, sem preconceitos, sem prevenções, sem camaradagens, sem ridiculos odiozinhos literários, dar em definitivo a cada geração o mérito que lhe couber.

Com outros recursos e meios de trabalho de que não dispuseram os nossos antecessores, a

Academia de hoje não quebrou dos seus primeiros compromissos e incessante expandiu sua ação no desenvolvimento da cultura literária no Brasil. Assim, aumentou de muito o número dos prémios que confere, em todos os gêneros literários, e com os quais tem trazido a laurea a escritores de todas as correntes. Multiplicando as suas publicações, além dos onze volumes da coleção dos *Discursos de recepção dos académicos* e do *Anuário da Academia*, elenco dos acadêmicos vivos com a respectiva bibliografia, mantém, desde 1910, a *Revista da Academia*, que depois passou a aparecer semestralmente com o nome de *Anais*. A isso acrescentou a *Revista Brasileira*, tão esforçadamente dirigida pelo nosso ilustre confrade sr. Levi Carneiro, e editada a partir de 1941.

É honra para a Academia ter iniciado, em 1931, a publicação de uma coleção de cultura nacional, literatura, história e bibliografia brasileiras, que já vai em perto de cinquenta volumes, em alguns dos quais se estamparam preciosos originais inéditos. A essa grande coleção resolveu dar a Academia o nome ilustre e benemérito de Afrânio Peixoto, cuja operosidade como Presidente da Comissão de publicações excede a todo encarecimento. Todos aqui hoje de novo lhe agradecem,

todos o felicitam pela nobreza do seu esforço sem par, todos para ele se volvem com o animo inteiro, tendo-o com especial respeito por mestre nesta Academia.

É cedo para que a Academia leve a cabo o *Dicionário Brasileiro da Lingua Portuguesa*, a *Gramática Portuguesa* e o *Dicionário de Bibliografia Brasileira*. Mas os que seguem de perto os trabalhos académicos não ignoram que os numerosos elementos, já afanosa e eruditamente coligidos para tais publicações, serão oportunamente aproveitados.

Procurando organizar, consoante o texto do seu primeiro Regimento, o vocabulário crítico dos brasileirismos entrados na língua portuguesa, e estudando "as diferenças no modo de falar e escrever dos dois povos, brasileiro e português", a Academia, com esforço e estudo por todos reconhecidos, se entregou a uma obra que por si mesma se recomenda. Duas vezes iniciado, duas vezes adiado, virá a seu tempo o *Vocabulário dos brasileirismos*. Não será obra fácil, nem para repentes, e a primeira dificuldade vem do justo conceito em que se considerem os brasileirismos. Suponho não errará a Academia se se remeter à opinião de consumado mestre do idioma, o Pro-

fessor Pedro Pinto, que por brasileirismos define as "expressões ou acepções peculiares do falar ou do escrever brasileiro, de uso do povo, uso generalizado ou uso regional". Excluem-se supostos brasileirismos, isto é, palavras eruditas regradamente criadas no Brasil, mas que poderiam vir de Portugal com igual formação idônea. Não seriam, portanto, palavras próprias do nosso povo, não seriam brasileirismos.

Recordarei agora, os laboriosos e honestos esforços da Academia, entre tormentas que ainda não amainaram, quanto ao discutido sistema ortográfico da nossa língua, e as sucessivas fases, com avanços e recuos, por que aqui passou o estudo dessa questão, a partir da primeira reforma, proposta por Medeiros e Albuquerque e adotada em 1907, até a iniciativa, tomada quinze anos atrás, de um acordo ortográfico com a Academia das Ciências de Lisboa, e ultimado com a publicação brasileira de um Vocabulário? Sendo o único académico que não faz uso pessoal da ortografia finalmente aceita, fiel que sempre mantive ao princípio de não ser admissível solver questões linguísticas desta espécie como problemas de autoridade, autoridade acadêmica, ou governamental, com o que não raro se sancionam

argumentos de puro arbítrio ou até de fantasia, insuspeito me julgo para reconhecer e proclamar as sinceras intenções da Academia, e louvar nos doutos confrades, que em sucessivas comissões a aconselharam e a representaram, a aplicação, a competência e a lisura com que se houveram neste assunto.

Ocupando-se incessantemente com as cousas da nossa lingua, não se dirá que deixe a Academia o mais pelo menos, pois de melhor forma não poderá servir aos fins a que se destina, conforme o rumo que lhe traçou Machado de Assis, no discurso de 1897, inculcando-lhe vir a ser, com o tempo, a guarda da nossa lingua. "Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas — o povo e os escritores — não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decree formulas, e depois para guardar uma lingua é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas".

Todo idioma quer sempre renovada a sua vitalidade e de nenhum se dirá definitivamente estabelecido, como formação estática e permanente.

Não parece escrito em português aquele auto de partilhas de 1192, tido como o mais antigo dos documentos da prosa portuguesa.

O progresso dos idiomas, si é fenómeno de evolução contínua, nunca dispensa a autoridade do tempo, que nisto é lento, para ser seguro. Tudo intervém no viver de uma língua, tal como o lembrou o nosso Silva Ramos, que me prezo de ter tido por mestre na minha infância colegial e que cito com especial prazer nesta data, quando é dever evocar os antigos académicos : "Somente a língua viva, espontânea, exuberante, desordenada, caprichosa, versátil nas suas preferências, inconsequente nas suas aversões, irreprimível na sua impetuosidade pode traduzir a vida real, com todas as suas vicissitudes, as suas aspirações, os seus ideais, as suas paixões, as suas esperanças e os seus desalentos; é a ela que todos devem surpreender em flagrante para lhe estudarem os hábitos, as tendências, as predileções, as antipatias".

Ninguém nega que a língua se sustenta no povo, no povo que, por outro lado, a corrompe e a deturpa, e ninguém ignora, como lá está, desde 1576 na "*Ortografia da Língua Portuguesa*", de Duarte Nunes de Leão, que "as palavras são como as moedas, que não valem senão as correntes e

as que estão em uso". O mesmo que veiu depois no verso antigo de Garção :

"Ao tempo estão sujeitas as palavras".

Quem desconhecerá no valor da linguagem popular a força natural da expressão, na sua intuição, na originalidade do seu dizer, nas suas criações espontâneas, nas suas invenções, comparações e imitações, no seu colorido, no seu pitoresco ? E não é no calão plebeu, como o reconhecia Francisco de Castro, que "tantas vezes se revigora a linguagem fidalga"? Não se peça, porém, o acerto gramatical a essa língua do povo, ainda que formas e expressões incorretas nela usadas tenham por atenuante o emprego em escritores de vulto. Há disso muitos exemplos. Com tal se justificariam como aceitáveis essas formas populares? É necessário, pois, a seleção linguística. Que o povo, sem largar a sua linguagem no que tenha de bom, venha a educar-se no certo.

Contrariando o que declara a velha sentença dos nossos maiores "mais obriga a razão do que o costume", alega-se que o uso é que ensina, e nada se faz sem ele, o uso tido em tudo por mestre, desde Cícero. Como admitir, porém, tudo que é sustentado pelo uso, e só por isso ? Ruy Barbosa

é explícito no dizer que "em questões de linguagem tudo é o uso", o uso corrente, geral. Mas que o uso não sancione o abuso. Vá que em questões de prosódia seja inútil tentar mudança nos acentos do povo. Não se pode remar contra a maré. Mas que essa tolerância não passe das palavras populares, e ao menos quanto às eruditas haja o dever de reagir em defesa da pronúncia correta.

Bem sei que imitando o que passou com alguns escritores portugueses dos séculos clássicos, e até do século passado, com reproduzirem na escrita literária a fala do povo, a muitos parece justo admitir-se hoje, em nossa literatura, em contos regionais e na poesia, as parvoices, os plebeismos, a gíria plebeia, a construção e a pronúncia deformadas do linguajar inculto, do caipira, do matuto, do tabaréu, do sertanejo. Que isso fique, porém, nos quadros do ambiente natural, no meio rústico e popular, para que afinal se não tornem meramente burlescas criações que, no fundo, acaso, conterão beleza e sentimento.

Não se leve o rigorismo a ponto de desconhecer as diferenças regionais nos acentos, nas inflexões e nas toadas da linguagem oral, e deixemos a cada um decidir pelo norte ou sul. Nem sempre,

entretanto, assim foi, e conta Amadeu Amaral, recordado por Xavier Marques, que ao tratar-se da fundação dos cursos jurídicos no Brasil houve quem a sério contrariasse a escolha da cidade de São Paulo para séde de uma das Faculdades, alegando o acento caipira dos paulistas em geral.

Não fui nunca dos que viveram com a irremovível obsessão da gramática e sei que não é gramaticando que se fazem os grandes escritores. Aos gramáticos chamou D. Francisco Manoel de Melo "cães das boas letras; não servem senão para roer ossos e espinhas", apontando-os como "os que pior falam, escrevem e conversam".

Estou que, às vezes, vale a pena fechar os olhos a cincas deste género, como no caso de escritos femininos. Porque a verdade é que as mulheres, onde é em tudo tão aprimorado o sentido da perfeição, também erram na gramática. "Dans tout ce que les femmes écrivent", confessou a Senhora de Maintenon, no século XVII, "il y a toujours mille fautes contre la grammaire, mais un agrément qui est rare dans les écrits des hommes".

Sim, a gramática não é a língua, e a esse respeito, si me permitirdes, recordarei o que já disse desta tribuna, ao receber o saudoso Laudelino Freire: "A caturrice das regrinhas mata muitas

vezes a qualidade prima do escritor, o belo gosto, e a **méra** preocupação grammatical só produz escritores entanguidos, enfesados, pesadões e desluzidos. O estilo, a arte da forma, é outra cousa, eu dissera um dom da natureza, e os que não trazem do berço essa intuição do ritmo, da eufonia e do equilíbrio da frase, jamais alcançarão trabalhar as gemas da arte no bem falar e no bem escrever.

O estudo aperfeiçoa o escritor, pode dar-lhe correção, facilidade ou ainda brilho, mas si lhe falece esse por assim dizer sentido especial de harmonia da forma, por mais que esforce o estilo nunca o subirá ao verdadeiro **primor**. Pode haver estro, arroubo, graça, pompa, valentia, lucidez, propriedade, mas a arte do estilo requer mais, quer o toque peregrino e indefinível, o sentimento exato da proporção e da beleza, único que assegura ás obras do pensamento e selo da imortalidade".

Melhor ensinou Ruy Barbosa: "Um livro pode ser grammaticalmente **irrepreensivel**, e não ter o cunho idiomático da língua em que se escreve". E eis como admiravelmente validou tal conceito: "... nem sempre quando se pauta a escrita pelo fio da gramática, se tem dado conta da mão, no

escrever bem e no escrever para o povo. Há gramáticos provectos, filólogos consumados, que nunca escreveram sinão com a pena de chumbo em papel borrador. Não pecando contra a gramática, poder-se-á pecar todavia contra a boa linguagem, "o que nem sempre é a mesma cousa". Um livro pode não infringir materialmente as leis da concordância e da regência e, contudo, não estar redigido vernacularmente. A lexicologia e a sintaxe não são tudo num idioma".

Era justo, pois, que Voltaire preferisse

*"les belles fautes du genie
à l'exacte et froide oraison
d'un puriste d'Académie"*

Si a gramática não é a lingua, si devemos combater os excessos da doutorice grammatical e dos regristas, não chegaremos todavia ao extremo de admitir lingua sem gramática, descôco que já encontrou defensores entre nós. Trazendo o exemplo de um destes, que se enfunou bradando de punho à solta : "Isso de gramática é cousa anti-literária", João Ribeiro, que era em tudo tão composto nos modos, não se conteve que não exclamasse : "Como se pode levar longe o desaforo!"

De veras, como tomar a sério os que encolhendo os ombros à gramática e aos dicionários se atrevem a escrever assim sem mais ? Por aí se vê hoje quem escreva como lhe faz conta, segundo lhe parece, a seu bel talante, muito a seu cômodo e a seu salvo. Todos afinal se têm por escritores e se medem pela mesma vara, ombro por ombro, de igual para igual. Nessa atitude de cinismo literário encobre-se a ignorância. Ignorância duas vezes perniciosa, quando leva a desprezar o que se ignora.

Em literatura, reconheceu José Verissimo, "não há qualidades que supram a lingua". E serão porventura cousas de pouca monta, rabequices ou miudarias, as questões de linguagem ? "Não é minúcia o ser exato no falar", responde Castilho, impecável entre os mestres do idioma.

Outra cousa não aprova Gide, o maior critico da atualidade, si formos com Mauriac. Exemplo: Não nega Gide seja Proust grande escritor, mas lhe causa pena o seu francês, com tantos erros na colocação do acento circunflexo, tão importante nesse idioma. Aquí e ali, insiste Gide, "faute déplorable", "incertitude grammaticale", frases "intolérablement mal écrits".

Por conclusão: nem sempre um grande escritor é escritor correto. Mas não é grandeza, no escritor, a correção no escrever? Grande escritor então o que for grande em tudo. Convenhamos que hoje seria severo tal critério, quando por grandes se querem ter todos os escritores.

Si é o estilo o que individua o escritor, sempre bom estilo pressupõe linguagem limpa. Como, sem esta, exteriorizar o valor intrínseco da palavra, com as suas inúmeras gradações, todos os valores que dão beleza ao pensamento, a propriedade, a justeza, a clareza, o equilíbrio, a graça, a elegância, em suma, a harmonia? Nesse trabalho tudo é continua seleção entre sutis valores, e de outra forma se não alcança o claro, o justo e o firme no escrever. Nem se cuide que nos que escrevem fluentes, ao correr da pena, passando de imediato, logo ao primeiro lançô, o pensamento e a emoção à escrita, como era o caso de Stendhal, deixará de haver escolha nas palavras e na construção. É que esse escolher, em certos artistas, tal como sucede ao orador no improviso, quase vem repentina, por aptidão ingênita, aperfeiçoada no exercício. O melhor, em geral, custa a vir, embora seja certo que, no esforço de preferir, no sopesar e contra-

pesar, seja afinal num repente, por inspiração momentânea, que lhe chega, ao artista, o desejado.

Nove vezes, quando menos, revia Anatole France as provas e os rascunhos dos seus textos, até pôr a mão última da obra acabada. De Frei Luís de Sousa, reconhecido como o mais alto estilista em nossa língua, se sabe que cortando, mudando, acrescentando, concertando sempre em busca do melhor, levou anos só em polir a *Vida do Arcebispo*. A expressão espontânea nem sempre é a mais natural.

De onde se segue que só assim, com o desenvolvimento da bela paciência, se chega ao primor da simplicidade, que é como o caminho da verdade. Só assim, na prosa ou na poesia, se chega, no arranjo e no movimento da frase, aos ritmos da beleza. Não será a primeira vez que afirmo ser na prosa literária que se mostram os andamentos da poesia. Isto mesmo se encontra em Mallarmé, trazido em João Ribeiro: "En vérité il n'y a pas de prose : il y a l'alphabet; et puis des vers plus ou moins diffus. Toutes les fois qu'il y a effort au style, il y a versification".

Nenhuma obra literária pode, pois, prescindir da forma literária, disso que é, segundo a justa definição de João Ribeiro, "a dignidade externa

da expressão". Esse "lavor literário", respeito que se deve a si mesmo o escritor, não consente incúria, frouxidão, desleixo, desalinho, e Ruy Barbosa o apontou por "não menos essencial à duração das leis, que às demais obras do entendimento". E ainda : "Só o influxo da arte comunica durabilidade à escrita humana".

Mas não basta haver forma literária. Esta não traz em si propriedade específica, pois de muitos modos se pode vestir literariamente o mesmo tema. Ao contrário, é no estilo, na forma literária pessoal, que se dá a conhecer o escritor, a sua força própria, o seu cunho, enfim, a sua personalidade. Meu mestre Miguel Couto chamava-lhe o espelho da alma.

Força é confessar que já hoje são raros os escritores reconhecíveis pelo estilo próprio, todos levados numa corrente de uniformidade impessoal. Absorvido pelas forças coletivas, tende em tudo o homem a perder a personalidade individual, e assim no escrever.

O estilo unifica individualmente, na obra literária, o fundo e a forma, o pensamento e a sua expressão escrita, o que é ainda mal compreendido por muitos, que fazem do estilo um atributo artificial. Lembra-me a este propósito o caso chisto-

samente trazido por João Ribeiro, e passado em presença de Silvic Romero. Conversavam, certa vez, os dois numa livraria, quando lhes veio ao encontro um literato, desses que nos ocios da tarde literatejam na testada dos livreiros. Chegou e já foi dizendo ter pronto o seu livro. "E quando o publica ?" indagaram os académicos. "Agora, não. Falta ainda o estilo (!)". Comenta, em conclusão, João Ribeiro : "Pois esse homem já tinha preparado tudo, havia pensado e escrito quanto quis e pôde pensar e escrever. E cousa assombrosa! o que faltava era só o *estilo*, o que era faltar-se a si mesmo ! E acrescentou então (como para maior clareza), fazendo aquele gesto familiar com que a dona de casa apolegando uns pós aromáticos esparze-os sobre o arroz doce : "Falta pôr... aqui... ali... algum estilo !"

Hoje nesta época de improvisações e de tudo a correr, cm que se diria que o melhor é empregar o tempo só nas utilidades práticas e lucrativas, começa a ir por água abaixo o gosto da bela linguagem. Parece tratar-se de um fenómeno universal, nos dias que atravessamos. André Rousseaux, ocupando-se recentemente de não sei que romance moderno, escreveu : "la syntaxe est hon-

nête, on ne lui demande rien de plus, et c'est déjà beaucoup à notre époque".

Não faz muito, outro bem informado crítico francês, André Billy, foi buscar em livros de autores em pleno galarim, Jean-Paul Sartre e Aragon, o exemplo de como a linguagem grosseira vai hoje tomado o logar a linguagem polida. Os homens cultos adotam a iingua dos incultos e a isso se quer chamar democratização da linguagem. "Une chose me choque dans nos façons modernes de parler", diz André Billy, "et ce n'est pas certes leur verdeur, c'est leur pauvreté". As palavras sempre as mesmas, em número minguado. "Paresse, pauvreté, voilá les deux caractéristiques de la langue française parlée en ce milieu du vingtîme siècle".

Digam os competentes o que vai neste particular em nossa literatura. Mas a olhos vistos se vê que, como o francês, o nosso rico idioma se empobrece e desnobrece, reduzindo-se o vocabulário, no conversar, na oratória, nos escritos literários, às pequices e vulgaridades do quotidiano, vocabulário chocho e rasteiro, onde brilham chulismos, tidos como gracioso toque até em meios educados, nas conversações de gente de forma e linhagem. E que vos parece das deformações da

linguagem falada e dos erros linguísticos nas transmissões radiofónicas, no teatro, nas legendas dos cinemas e nas notícias da imprensa ?

Dir-se-ia escrito para o Brasil o que lá em Portugal, declarou, há um vintênia, a pena vernácula do autor dos Sermões *de um leigo*, o inimitável Ricardo Jorge : "Tanto patriotismo aí todos os dias se desbarata em luminárias, e nenhum se move em favor da Iingua materna, a lingua do berço, a lingua dos nossos maiores. Ser paladino do falar de Camões é pelo menos atestado de catureira de padre-mestre, de gramática embrulhado no chambre caricatural de Tolentino. Digam-nos em verdade se há algum país do mundo, do oriente ao ocidente, onde assim se tripudie sobre os restos corruptos dum grande idioma, em que todos estão apostados em destruir, todos os que escrevemos e até os maiores escritores; de dia para dia se sente a introdução de mais uma barbaridade, dentro em pouco repetida por todas as bocas e penas".

Ao mesmo passo que com a linguagem descosida e relaxada desmedra o culto do bom português, continuam a medrar entre nós estrangeirismos, não tanto agora os francesismos, fóra de moda, mas os anglicismos, que a influência dos

americanos, com os seus negócios e os seus romances, vae dia a dia imondo.

Conceda-se que a civilização obriga à mútua penetração dos idiomas, como consequência necessária da infiltração que de continuo se opera, de povo para povo. Assim pensava Silva Ramos, tomando a causa por fenómeno natural, que se não pode impedir.

Como quer que fôr, atendendo-se embora ás exigências do enorme desenvolvimento técnico, que continuamente pede novos termos, não se leve contudo a tolerância ao demasio de aceitar a cada passo, em nossa linguagem, falada ou escrita, o cunho postiço, esses exsertos desnecessários e essas sintaxes bárbaras, o que tudo nos vai levando à mais ridícula forma da pedantaria, o pedantismo literário. Neste ponto, como em tantos outros do nosso falar e escrever, a boa doutrina está com Ruy Barbosa, que nunca por demais citaremos. "Aqueles que educaram a faculdade da palavra na lição dos escritos estrangeiros", disse o Mestre. "que se afizeram a pensar um género de aravia cosmopolita, feita a esmo de quantos resíduos o contacto de idiomas peregrinos lhes foram imbutindo na mente, que habituaram o ouvido a essa lingua bastarda, a esse dialeto promiscuo, a

esse falar incongruente e discolo, perdendo o senso da vernaculidade, o tino da sua beleza, a inteligência da sua harmonia, acabam por supor seriamente mais clara essa miscelânea amorfa, emburilhada e rude, esse português mestiço de entre lobo e cão, no pitoresco dizer dos nossos maiores, que o genuino fraseado pátrio, onde até as singularidades, os modismos, as anomalias são traços de luz, gradações de ideias, claroescuros de perspectivas na imagem verbal do pensamento".

Si é de todos os povos prezar cada um sua lingua, exaltando-lhe a beleza, e cantando seu louvor, não desestimemos a nossa, a donosa lingua portuguesa, a que muitos querem chamar brasileira, como si as cousas mudassem só com se lhes mudar o nome.

Preservemo-la no Brasil, onde ela se adorna de novas formosuras e mimos, em novos modos de expressão e na docura da pronúncia, e onde, dilatando a sua opulência, continuamente se renova no tempo. Preservemo-la no seu ensino à infância, para que se não torne poluta na surgente, e saibamos escolher-lhe os mestres. João de Barros, no século XVI, no *"Diálogo cm louvor da nossa linguagem"*, lamentava que lá nos reinos, "em nobres vilas e cidades ,quando até dos sapateiros se exigia, para pôr tenda, prévio exame de habili-

tados, se autorizasse, a qualquer idiota não aprovado em costumes de bom viver, pôr escola de ensinar meninos". Preservemos a lingua da melhor forma, que é buscando-a nos clássicos, no terreno em que, bracejando as raízes no latim e no grego, se consolidou nos seus alicerces e na sua estrutura, nos clássicos que nos fazem ouvir o seu verdadeiro ritmo. "Si formas e atributos exteriores dos clássicos, vocábulos e ideias, desapareceram (palavras de João Ribeiro), alguma cousa ficou para todo o sempre : o génio, a índole, o estilo e caráter com que definiram o pensamento de uma raça agora imortal. O de que se despiram foram folhas que o outono fez caducas, mas outra primavera ressurgiu : mas o tronco, os ramos e as varas recupuzeram o gesto e a formosura eterna da árvore fecunda, que não se contentou apenas com o viver no solo nativo, estendeu ainda a sua sombra e semente a outros mundos ignorados".

Eis aí a lingua de João de Barros, esse a quem ela deve, segundo o padre António Pereira de Figueiredo, "a sua principal firmeza, consistência e magestade", ei-la, a língua de Vieira, que lhe trouxe, no sentir do mesmo crítico, "seu último polimento e esplendor". É a língua dos Camões, dos Bernardes, dos Lucenas, dos Fernão d'Alvares do

Oriente, dos Tomé de Jesus, dos Heitor Pinto, dos Amador Arraes e de tantos outros, dos séculos áureos das letras portuguesas, os séculos dos quinhentos e dos seiscentos.

Retornar aos clássicos do nosso idioma não é reviver o arcaico e o sediço do português velho e relho, não é buscar o ridículo da pura imitação no falar e escrever à antiga, não é preferir o enfático, o guindado, o arrevesado, tudo isso que, em Portugal, chamava Ricardo Jorge "escritura repuxada, prosa engomada e farfalhuda", é ressalvar, na beleza daqueles imarcessíveis modelos, o escrúpulo da lingua, que não pode ser exaurida nos seus fundamentos, nem na disciplina da sua boa regra.

Não nos conformemos com o menosprezo e descaso nos assuntos da nossa linguagem, o que acabaria levando-nos àquela democracia no mundo intelectual, a democracia de que falava Ruy Barbosa, em que "todos sabem tudo, e ninguém sabe nada".

Neste dia festo, que deve ser também dia de promessas, a Academia recorda o dever indicado no seu primeiro estatuto, "conservar no meio da federação política a unidade literária". A solidariedade no ideal a todos nos chama a defender o

nosso património linguístico. E Ruy Barbosa, que agora aqui se alteia, sumo entre os mais, com toda a grandeza e magestade do seu civismo e do seu saber, vem agora dizer-nos, como lição que havemos de transmitir aos que nos sucederem : "Se por ventura somos uma família humana condenada a perder a individualidade e ser devorada pelas nações civilizadoras, quero estar entre os últimos a não se desconvencerem, nesta terra, de que uma raça, cujo espírito não defende o seu solo e o seu idioma, entregará a alma ao estrangeiro antes de ser por ele absorvida".

Levantemos em tudo o nosso idioma. Este o voto que a Academia, com espírito de viva **confraternidade**, hoje endereça a todos os homens de letras do Brasil.

Repitamos o augúrio do seiscentista clássico, António Ferreira :

*"Floresça, fale, cante, ouça-se, viva
A portuguesa língua, e já onde fôr
Senhora vá de si, soberba e altiva".*

Floresça e viva a nossa língua, para eternamente servir à glória de Deus, à expansão das ideias em bem da humanidade e ao contínuo engrandecimento da nossa Pátria.

ÍNDICE

	<i>Pág.s.</i>
I <i>DEVERES DA MULHER NO MUNDO DE HOJE</i>	7
II <i>ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA</i>	23
III <i>CHARLATANISMO MEDICO</i>	29
IV <i>MIGUEL COUTO</i>	45
V <i>MEDICINA SOCIAL</i>	51
VI <i>RECEPÇÃO DO PROE. LOURENCO JORGE NA ACADEMIA DE MEDICINA</i>	59
VII <i>HONORÁRIOS MÉDICOS</i>	69
VIII <i>ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA</i>	91
IX <i>GREGO RIO ARAOZ ALFA RO (UM GRANDE AMIGO DO BRASIL)</i>	95
X <i>AFRANIO PEIXOTO</i>	105
XI <i>FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES</i>	117
XII <i>PELA LÍNGUA PORTUGUESA..</i>	159

IMPRENSA NACIONAL — 1948